



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Beatriz Teixeira dos Santos

**Guerra antidrogas no México e a Militarização da vida e da
morte – 2007 a 2017**

Rio de Janeiro

2021

Beatriz Teixeira dos Santos

Guerra antidrogas no México e a Militarização da vida e da morte – 2007 a 2017



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRÍUS / BIBLIOTECA CCS/A

S237 Santos, Beatriz Teixeira dos.
Guerra antidrogas no México e a Militarização da vida e da morte –
2007 a 2017 / Beatriz Teixeira dos Santos. – 2021.
90 f.

Orientador: Cláudio de Carvalho Silveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Tráfico de drogas – México – Teses. 2. Segurança pública – México
– Teses. 3. Violência – México – Teses. I. Silveira, Cláudio de Carvalho. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDU 343.57(72)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Beatriz Teixeira dos Santos

Guerra antidrogas no México e a Militarização da vida e da morte – 2007 a 2017

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 16 de Dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio de Carvalho Silveira (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Bruno de Moura Borges
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Eduardo Mei
Universidade Estadual Paulista

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem o apoio de meus pais, que me acolheram em minhas inquietudes, que enfrentaram comigo as dores de um período turbulento de pandemia onde muitas vezes o medo nos tomou conta. Chegamos aqui.

Agradeço infinitamente ao PPGRI, por ser a casa onde pude não só florescer minhas ideias mas também aprofundar meu estudo, e lapidá-lo. Ao meu orientador, Cláudio, pelo atento aconselhamento no desenvolver da pesquisa. Aos professores doutores Bruno Borges e Thiago Rodrigues pelas considerações agregadas ao longo deste trabalho.

Durante a trajetória do mestrado e até às últimas linhas desta dissertação, vocês estiveram comigo, Larissa Caroline, Carolina Costa, Thayane Queiroz e Thaís Barros. Obrigada por serem mais que uma rede de apoio e me lembrarem que com amor e afeto qualquer mudança é possível.

À Letícia do Valle pelos incentivos para sair da minha zona de conforto, recuperar o fôlego e ir até terras mexicanas. Sempre serei grata por ter me recebido em sua casa com tacos, palavras de encorajamento e muito amor.

À Gabriella Neto, Ana Carolina Alves, Nathalia Diniz, Isabelle Paixão, João Paulo Pereira por acreditarem nessa pesquisa e somarem sempre nos debates, sejam eles em mesas de bar ou em congressos acadêmicos. A vida acontece nos encontros e vocês foram os melhores que eu tive.

Inquirido sobre a sua raça, respondeu: - A minha raça sou eu, João Passarinheiro. Convidado a explicar-se, acrescentou: - Minha raça sou eu mesmo. A pessoa é uma humanidade individual. Cada homem é uma raça, senhor polícia.

Mia Couto

RESUMO

SANTOS, Beatriz T. **Guerra antidrogas no México e militarização da vida e da morte – 2007 à 2017**. 90 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O trabalho tem como objetivo apresentar os discursos e práticas securitárias da guerra antidrogas no México. Desde 2007 quando o presidente mexicano Felipe Calderón anunciou o combate ao narcotráfico e a guerra como estratégia de sua campanha, o país vive uma onda de violência sem precedentes que envolvem para além dos grupos organizados, o próprio Estado Mexicano. A dissertação discute a participação militar frente às questões de segurança interna e a intensificação da violência nesse cenário no México, entre os anos de 2007 e 2017, propondo uma reflexão sobre os limites e os perigos do envolvimento das Forças Armadas em assuntos internos. Propomos debater os discursos e as práticas militarizadas como dispositivos de controle social e proteção de elites econômicas através da lógica da guerra.

Palavras-chave: Segurança. Drogas. Violência. México

ABSTRACT

SANTOS, Beatriz T. **Mexican war on drugs and militarization of life and death– 2007 to 2017.** 90 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The work aims to present the discourses and security practices of the drug war in Mexico. Since 2007, when the Mexican President Felipe Calderón announced the fight against drug trafficking and the war as a strategy for his campaign, the country has been experiencing an unprecedented wave of violence that involves, in addition to the organized groups, the Mexican State itself. The dissertation discusses military participation in the face of internal security issues and the intensification of violence in this scenario in Mexico, between 2007 and 2017, proposing a reflection on the limits and dangers of the Armed Forces' involvement in internal affairs. We propose to debate militarized discourses and practices as devices for social control and protection of economic elites through the logic of war.

Keywords: Security. Drugs. Violence. Mexico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de homicídio nacional de 1998 a 2019.....	69
Figura 2 - Enfrentamentos entre a SEDENA e supostos grupos organizados de 2007 a 2020.	71
Figura 3 - Civis mortos e civis feridos em enfrentamentos com a SEDENA.	72
Figura 4 - Civis mortos e civis feridos em enfrentamentos com a SEMAR de 2007 a 2017.	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEDENA – Secretaria Nacional de Defesa

SEMAR – Secretaria da Marinha – Armada do México

PGR – Procuradoria Geral da República

INEGI – Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México

PRI – Partido Revolucionário Institucional

GIEI – Grupo Interdisciplinario de Expertas y Expertos Independiente

CIDE – Centro de Docencia y Estudios Económicas

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

PPD – Programa de Política de Drogas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	A CHAMADA “GUERRA ÀS DROGAS” E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA	18
1.1	Militarização e Segurança Pública	23
1.2	A Importância de Registros Sociais na Gestão de Populações	27
1.3	Caráter Colonial da “Guerra”	31
2	A GENEALOGIA DO PROIBICIONISMO NO MÉXICO	35
2.1	As Primeiras Políticas Antidrogas	37
2.2	As leis de ‘Pureza Racial’ e sanitárias	40
2.3	Da proibição à criminalização	45
2.4	Relação EUA e México na área da segurança	48
2.5	A Crítica Antiproibicionista	52
3	FORÇAS ARMADAS MEXICANAS E A ATUAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA	57
3.1	Poder Castrense e controle social	58
3.2	Os militares e o “combate” às drogas	61
3.3	Os homicídios e uso letal da força - 2007 a 2017	65
3.4	“Vivos Se Los Llevaran” - caso Ayotzinapa e impunidade	75
	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

A primeira década da virada do século XX para o XXI pode ser considerada uma das mais violentas, na história do México. Com uma história marcada por lutas sociais e revoluções, o país vive desde início dos anos 1980 uma verdadeira saga com o crescimento do mercado de psicoativos e a tentativa de controle dele. O México é um país importante para o trânsito e para a produção das drogas que vão, em sua maior parte, pela fronteira Norte diretamente para os Estados Unidos. Quando Felipe Calderón assumiu a presidência mexicana em 2006, cartéis locais controlavam quase 90% de toda cocaína que ia para os Estados Unidos (RODRIGUES et al., 2017), o que torna o país em um local chave para a geopolítica das drogas.

A demanda intensa fez com que toda a dinâmica dos cartéis e sua atuação também aumentassem no México, gerando um constante cenário de violência e disputas territoriais e por mercados entre os grupos organizados (BERNARDI, 2010) que fez com que Felipe Calderón inaugurasse a chamada guerra às drogas no país. O crescimento da indústria de psicoativos no país contou com a mudança geográfica da rota dos psicoativos, que parou de ser via Caribe por conta da vigilância dos Estados Unidos (RODRIGUES et al., 2017), e contou também com as reformas neoliberais e a instituição do acordo do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) como um fator que ajudou a inchar a indústria causando uma queda do emprego formal e uma precarização das condições de trabalho. Desde então foi possível perceber um aumento da economia informal e da participação dessa classe trabalhadora em atividades ilegais relacionadas ao mercado das substâncias psicoativas (MERCILLE, 2011).

A narrativa de guerra foi importante para justificar a criação de políticas e de iniciativas militarizadas para lidar com o problema. Iniciativas de cooperação com os Estados Unidos na área militar, as políticas contra narcóticos com a finalidade de acabar com plantações e de controlar a produção, e o enfrentamento direto de agentes do Estado contra grupos organizados. A postura estadunidense em relação ao país vizinho no que diz respeito às questões que envolvem cooperação na área de Segurança nunca foi muito

positiva, desde o início da empreitada da guerra às drogas o entendimento com o México foi algo difícil. Isto porque existia uma desconfiança muito grande por parte dos EUA em relação às instituições mexicanas e a corrupção das forças policiais (CHABAT, 2010).

A proximidade geográfica e os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 pautaram a atuação estadunidense e sua preocupação com a segurança de suas fronteiras fazendo com se iniciasse uma série de programas de cooperação para assegurar que suas fronteiras estariam protegidas. Depois de 2001, principalmente os países mais próximos como o Canadá, México e a também países da América Central se tornaram ainda mais importantes para a segurança nacional dos Estados Unidos. A preocupação com o terrorismo reconfigurou as agendas de segurança internacional e principalmente daqueles países que orbitam de maneira mais próxima deles (MANAUT; CELI; DIAMINT, 2009). No México, desde então, o contexto é de aumento da violência relacionada às atividades dos grupos organizados e às tentativas das forças estatais de controlar o mercado ilícito de psicoativos e diminuir a atuação desses grupos. Desaparecimentos, assassinatos e violações de direitos humanos passaram a crescer neste período.

Nesse sentido, nossa hipótese é que os discursos de verdade em torno do tema da guerra produzem efeitos práticos como o recrudescimento do sistema proibicionista e aplicação de táticas militarizadas de combate, que na verdade, levam a um aumento da violência e de violações de direitos. Esse aumento de violência pode ser observado em alguns cenários, e afeta profundamente a camada social mexicana. Além do custo social, também é possível apontar benefícios econômicos e políticos para os atores que se beneficiam da dinâmica militarista.

Este trabalho se desenvolveu a partir da tentativa de compreensão da relação entre os discursos de segurança acionados e a legitimação de uma guerra interna. Ao longo dos capítulos o objetivo proposto será abordar o debate sobre os discursos produzidos em nome da segurança e como eles são mobilizados por determinadas elites sociais na realidade mexicana ao longo de uma década específica no século XXI a partir das políticas do governo Calderón, criadas em 2007, até o aprofundamento de políticas neoliberais, que estabeleceu um processo peculiar na chamada guerra antidrogas em

2017. Em um primeiro momento, buscamos explorar as leis de controle e proibição dos psicoativos no México, buscando entender como discurso e prática foram estabelecendo os limites do consumo e da criminalização das drogas no país. Além disso, buscamos entender quais tecnologias de poder fundamentam o proibicionismo e a criminalização das substâncias psicoativas.

Na primeira parte, propomos um debate sobre o significado de “segurança” e como esse termo é mobilizado por quem tem condição de definir aqueles que devem ser considerados seguros em detrimento dos que são considerados perigosos. Esse debate é baseado na discussão proposta dentro da Sociologia Política Internacional dos Estudos de Segurança. Assim, é necessário buscar entender quem aciona esse enunciado e quais as intenções por trás é um caminho para que se questione a segurança como um dado em si mesma. Nessa sessão, o debate teórico proposto também ressalta a importância de resgatar a colonialidade da “guerra às drogas” e do sistema proibicionista mundial. Como o proibicionismo é uma estrutura global engendrada pelas potências mundiais, consideramos importante destacar que a superação do colonialismo é impossível de ser pensada sem que haja o questionamento das características violentas da política mundial, assim como das políticas de drogas mundiais.

A letalidade dessa guerra, abertamente iniciada com Felipe Calderón em 2006, porém continuada por todos os seus sucessores até aqui, é explorada na terceira sessão. Decidimos explorar como o uso das Forças Armadas, principal instituição de segurança acionada pelos governos mexicanos para assumir as operações contra o narcotráfico, além de levar a um aumento da violência traz outros perigos para a democracia mexicana.

1 A CHAMADA “GUERRA ÀS DROGAS” E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA

O campo de estudo das Relações Internacionais passa a incluir como objeto a questão dos mercados ilegais de drogas a partir do Pós Guerra Fria, quando há uma intensificação e transnacionalização do mercado ilegal dessas substâncias gerando a ideia de um ‘problema’ de Segurança Internacional. O proibicionismo como prática universalizada já era consolidado no Sistema Internacional em torno de um consenso, construído principalmente com influência dos Estados Unidos na comunidade de países, sobre a ideia do consumo de drogas como algo perigoso na sociedade. A transnacionalização das atividades de grupos organizados para a comercialização dessas substâncias através das diversas conexões e redes fez com que a segurança dos países latino-americanos se tornasse uma preocupação para os EUA, no contexto regional. As drogas passam a constituir parte fundamental da agenda da Política Externa estadunidense, passando a ser equivalente importante também para todos os países internacionalmente. Didier Bigo (2012) aponta que no Pós Guerra Fria, a ideia de que o crime organizado e o terrorismo constituíam ameaças globais tão graves quanto o comunismo um dia foi, fez com que o papel de outros atores menores e não estatais e dinâmicas internas dos Estados ganhasse importância nos estudos de Segurança.

Assuntos como terrorismo, meio ambiente, e as drogas passam a compor a agenda dos estudos de Segurança Internacional. O crescimento de conflitos intraestatais, o medo da imigração por parte das sociedades europeias, questões ambientais demonstraram que as visões tradicionais de Segurança não conseguiam responder a essas problemáticas (BUZAN; HANSEN, 2009). E então houve, o que se chama no campo, de alargamento e aprofundamento do escopo dos Estudos de Segurança, que encontram nas perspectivas do Construtivismo, do Pós-colonialismo, dos Estudos Críticos de Segurança, do Feminismo, das abordagens discursivas da Escola de Copenhagem e do Pós-estruturalismo base para introduzir novas perspectivas. Perspectivas essas que não privilegiam o Estado como ator central da segurança.

Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde produziram em 'Security: a New Framework for Analysis' contribuições importantes ao definir diversos setores para a segurança indicando que a segurança nacional era apenas um dos setores em que se podia pensar segurança, mas que ela poderia ser estendida para outras áreas onde o Estado não é o objeto de referência principal, como no setor econômico, ambiental e societal. Essas abordagens passaram a questionar que a segurança que deve ser buscada não deveria ser somente a dos Estados, mas também a segurança dos indivíduos, dando lugar a literatura sobre Segurança Humana, segurança individual e societal por exemplo. Uma grande contribuição Pós-estruturalista foi o texto 'Writing Security' de David Campbell, de 1992, onde o autor aponta que a crise na política internacional pós-Guerra Fria era uma crise de representação e que, para os Estados Unidos, o fim do comunismo significava o fim da sua maior ameaça e uma crise de identidade. O autor trabalha com a ideia de que as ameaças e os inimigos são importantes para a construção da identidade nacional estadunidense e também para a formação da Política Externa do país, que se constituiu articulando o que ele chama de discursos de perigo. A análise de David Campbell (1992) se baseia na importância das identidades e da construção do Outro.

Campbell (1992) e sua visão sobre o problema interno do consumo de substâncias psicoativas nos Estados Unidos contribui para entender como a construção da ideia das drogas como uma ameaça está diretamente ligada ao incômodo em relação a uma parcela da população marginalizada e indesejada. Essa população era, naquele período, composta por negros e imigrantes latinos e chineses, ligados ao uso de substâncias específicas como o ópio no caso dos Chineses, o uso da cocaína era ligada aos negros e da maconha ligada aos latinos. O autor aponta que a aplicação de tecnologias de exclusão baseadas em preconceitos raciais é o que informa a base de sustentação da ideia de ameaça das drogas como um problema social, logo se transformando em problema de Segurança Nacional. Esse discurso era também importante para o reforço da identidade própria estadunidense, fazendo um transbordamento para a agenda de Política Externa, a "guerra" contra as drogas e contra os sujeitos que as consomem, comercializam e as produzem se constituiu nesse cenário.

O pensamento desenvolvido por Campbell está em consonância com a reflexão feita por Rob Walker (1993) em seu famoso *Inside/Outside* onde o autor faz uma reflexão sobre as fronteiras da disciplina de Relações Internacionais e apresenta o argumento de que o internacional e o doméstico estão muito mais interconectados do que aparece no pensamento clássico da teoria política. Para teóricos como Didier Bigo (2008) e Thierry Balzacq et al (2010), o conceito de Segurança parece muitas vezes funcionar como uma fachada que esconde práticas de um grupo dominante que decide quem merece proteção e quem deve ser sacrificado, quem e quais sujeitos devem ser considerados como causadores de medos e desconfianças e quais devem receber proteção. E quando falam sobre (in)securitização, apontam que é necessário entender os discursos e as práticas que criam essa divisão entre grupos e que caracteriza o que é entendido como ameaça, como causa de medos e de perigos, pois são frutos de construções políticas.

A partir destas contribuições, por exemplo, é que passa a ser possível começar a derrubar os muros para se pensar o limite entre aquilo que constitui a Segurança Nacional e, Segurança Pública e Segurança Internacional, no contexto das Relações Internacionais a partir de acontecimentos como a “guerra” às drogas. O campo dos estudos de Segurança foi se diversificando e os debates crescendo até que em determinado momento, houve uma mudança na área das Relações Internacionais e Estudos de Segurança onde possibilitou que se pensasse para além daqueles conceitos considerados mais importantes ou fundacionais do debate da política internacional. Nesse momento foi possível a reflexão sobre como problemas locais também poderiam ter raízes para além das fronteiras.

Os Estudos de Segurança Internacional mantiveram um foco muito grande, ao longo de seu desenvolvimento, na problemática da guerra tradicional entre Estados. O assunto da “guerra às drogas” aparece como uma questão de segurança a partir do momento em que se conforma a ideia de que a venda e o consumo de determinadas substâncias psicoativas causam problemas sociais graves e uma ameaça para os Estados. Esse debate ganhou força nos Estados Unidos nos anos 1970, com o presidente Nixon que pela primeira vez utilizou a expressão “guerra às drogas”. A “guerra” de Nixon se conformou em muito mais do que uma política externa específica de um governo, mas

em uma agenda internacional que foi seguida e adotada por uma enorme quantidade de países do sistema.

A violência e o crescimento dos mercados ilegais estão conectados à proibição dos psicoativos e às legislações restritivas que tendem a punir os consumidores, e não necessariamente aos efeitos do uso direto de determinadas substâncias. Já que, historicamente, há registros da relação humana com as substâncias psicoativas desde muito antes do século XX, onde se começa a construir um sistema comum de controle e restrição internacionalmente (CARNEIRO, 2018). É então no ano de 2007 que o presidente do México Felipe Calderón, após ganhar as eleições, anuncia formalmente a “guerra” contra o narcotráfico dando seguimento ao que aqui chamamos de militarização da segurança pública, ao acionar os militares principalmente do Exército e da Marinha para assumir a luta contra o tráfico de entorpecentes.

A partir desta data há um aumento progressivo de operações das forças armadas na tentativa de combater os grupos organizados que expandiram suas atividades cada vez mais no país. As Forças Armadas mexicanas, assim como em parte dos países da América Latina, possuem um grande nível de autonomia. Isso se deve ao fato de que na transição democrática do país a instituição não passou por grandes reformas e nem foi instaurado um efetivo controle civil. O fato de o país ter sido governado por 70 anos pelo mesmo partido político, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que foi idealizado por antigas elites militares da revolução mexicana fez com que esse grupo, ao longo dos anos, construísse uma boa relação com os civis (BENÍTEZ, 2019). Com a saída do PRI do poder depois de tantos anos e nos seguintes governos de Calderón e Peña Nieto também não ocorreu uma reforma nas forças armadas. Estes líderes políticos preferiram manter uma boa relação com os militares e não alterar os processos de tomada de decisão na área da defesa, como por exemplo, criando um ministério para assuntos de defesa que fosse comandado por um civil, como ocorreu no Brasil até recentemente. Além de não ocorrer a reforma nestes dois governos, os militares acabam se fortalecendo e ganhando um papel ainda maior na atuação interna sendo acionados oficialmente para assumir funções de segurança pública e de combate aos grupos organizados.

De acordo com Benítez Manaut (2019), a declaração de guerra aos cartéis em 2007 no governo de Felipe Calderón acabou dando mais autonomia aos militares, mais força política e também aumentou suas capacidades operativas, tanto da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA) quanto da secretaria da Marinha (SEMAR). Ou seja, houve um aumento de capacitação e de gastos militares para o preparo dessas forças, assim como cooperação externa com os Estados Unidos como no caso da Iniciativa Mérida. Apesar do aumento dos gastos para a área da segurança e para os setores militares, não foi possível apontar uma diminuição das atividades criminais e da violência decorrente das disputas desse mercado ilegal. Na verdade, desde 2007, o número de execuções e desaparecimentos de pessoas seguiu aumentando no país (WATT; ZEPEDA, 2012).

O uso das forças armadas mexicanas, principalmente o Exército, para contenção de movimentos sociais e mobilizações internas já é uma prática comum desde muitos anos. A narrativa de guerra deu espaço para que os militares ganhassem um papel ainda mais importante internamente e legitimidade para suas ações. Há diversos estudos que apontam que a opinião pública confia mais nas forças armadas e muitas pessoas acham que elas são mais eficientes para manutenção da segurança do que as polícias, por conta dos altos índices de corrupção e falta de efetividade das polícias mexicanas. Esse fator é importante para entender que há uma ideia de que as forças armadas são eficazes que ajuda com que o trabalho dos militares frente ao problema do crime organizado passe algum nível de sensação de segurança para uma parcela da população que confia nessas instituições. Mesmo com o crescente trabalho de organizações não governamentais comprometidas com o debate da segurança pública e direitos humanos em chamar atenção para o problema do uso da força e das violações cometidas por agentes estatais, esse tipo de modelo segue sendo aplicado.

Considerando que as alianças políticas são importantes para determinar períodos de 'paz' e períodos de conflito, esse é um cenário que está sempre mudando. As ligações entre grupos organizados e o Estado são muito fortes e diversas são as conexões em níveis municipais e estaduais que sustentam o funcionamento do mercado ilegal e de um período de 'paz'. Quando há mudanças no cenário político e nessas alianças locais, o que tende a acontecer é que o grupo que tem o domínio de determinada região ou

municipalidade venha a perder espaço e possa a ter que disputar com outros grupos. A competição é o que gera a instabilidade e a possível escalada de violência com o enfrentamento entre grupos organizados, e também é o que leva a pronta resposta estatal com os enfrentamentos dos agentes estatais com membros de grupos organizados (PALEY, 2018).

A militarização nesse cenário é a aplicação de uma visão militarista para a resolução de um problema de outra ordem que não militar, por exemplo, o consumo, a venda e a comercialização de substâncias psicoativas. O principal problema da violência dessa guerra é o fato de que existem substâncias que são proibidas, e que o mercado ilegal é extremamente lucrativo.

1.1 Militarização e Segurança Pública

A “guerra” contra às drogas tem o fim em si mesma, diversas características compõem o quadro que conforma o cenário de uma guerra interminável (GRAHAM, 2017). É possível perceber que os discursos de ameaça como o do terrorismo e das drogas são descritos como desafios a serem combatidos e dessa maneira as práticas securitárias e as políticas de violência continuam se reproduzindo. O autor Marcello Maneri (2010), aponta que em tempos de paz, ou na ausência de guerras formais, a violência que as palavras e expressões podem carregar quase passam despercebidas. O autor demonstra como que a metáfora da guerra é uma maneira importante de se militarizar os costumes e as práticas em torno de ameaças construídas. Ele aponta a guerra ao terror como um exemplo da forma como o discurso do medo e da retórica da guerra se fortalecem um no outro. Esses discursos acabam acionando afetos e percepções sobre a realidade que são permeados pelo medo e pela necessidade de sobrevivência. Para ele a metáfora da guerra é mais que uma estrutura discursiva usada para enfrentar um problema político, na verdade ela seria uma maneira de moldar uma realidade social influenciando a maneira que as pessoas percebem, observam e respondem por meio de ações a determinado fenômeno (MANERI, 2010). Este

argumento também está em consonância com o de David Campbell sobre os discursos de medo, indicando que os Estados Unidos constroem sua identidade a partir da criação de inimigos e dos discursos de ameaça. Assim também para Graham (2017), que aponta que novas ideologias militares de guerra permanente e sem limites definidos intensificam a militarização da vida cotidiana. Também significa que a militarização não é um processo novo, mas que adquire novas características por passar a normalizar a guerra em si mesma.

O que vamos chamar de 'gestão da vida', nesta pesquisa, vem das contribuições teóricas apresentadas por Foucault (1999) acerca da "governamentalidade", em que há a união entre dispositivos de poder presentes nas instituições estatais, centrados em formas de controle biológico, com uma forma mais antiga de dominação não centrada nas instituições, mas na dominação política: a soberania. A junção dessas duas técnicas de controle populacional baseiam-se na tríade direito, conhecimento e poder, possibilitando aos Estados que utilizem de estratégias de controle centradas em instituições que promovem o biopoder. A visão que o filósofo apresenta é importante para entender como os aparatos de poder estatais despontam uma atuação no controle dos corpos e da organização biológica e social deles. Como as disputas pelas rotas de transporte e venda dos narcóticos é intensamente efetivada pelos grupos organizados mexicanos o que ocorre é uma manutenção das divisões do território dessas disputas e da tentativa do poder estatal de conter a atuação desses grupos criando assim o que podemos chamar de zonas de vida e zonas de morte, determinando que em regiões específicas seja possível experimentar a paz e em outros o medo constante da violência, em forma de guerra (PALEY, 2018).

De acordo com Graham "o predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinando com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas" (GRAHAM, p.52, 2017). Para o autor esse processo resulta em um cenário onde os mais pobres e vulnerabilizados são colocados constantemente em uma situação de demonização e criminalização. Para Dal Lago (2006), a militarização da cultura acontece de maneiras não explícitas e mais subjetivas, porém indicam que em contextos de guerra o inimigo

perde qualquer traço de humanidade e deve, portanto, ser eliminado. Nesse sentido, ele aponta que há uma indiferença em relação ao destino dos sujeitos que estão envolvidos nessas guerras contemporâneas, como a guerra ao terror e contra o tráfico de drogas, indicando que há bastante semelhança com o contexto das guerras coloniais de conquista do século XIX mas sem necessariamente uma teoria de inferiorização das raças por trás. No pensamento de Dal Lago (2006) as guerras contemporâneas não são 'fought against various men but against non-men', pela própria construção da não humanidade que é identificada no Outro. Achille Mbembe (2016), fala também do traço do não humano para indicar o sujeito que habita o estado colonial. Esta definição é central para o pensamento racial onde o Outro é colocado não somente como um ser inferior, dentro da civilidade e passível de oposição. Mas o Outro é entendido como fora da condição humana, é sub-humano, e por isso deve ser aniquilado. Isso aponta que os guetos, e as favelas, as regiões menos desenvolvidas são os espaços físicos e sociais onde o verdadeiro Estado Penal e as zonas de morte estão sendo testados.

Como ponto de partida para um debate sobre práticas militarizadas é imprescindível definir qual o entendimento do conceito de militarização que vamos utilizar neste trabalho. Na região da América Latina, muito se fala sobre a herança militar da época das ditaduras enfrentadas pelos diversos países da região, onde a intenção era o combate ao inimigo comunista. Como resquício e herança dessa época e de um período de transição democrática desigual em diversos países, fez com que o poder dos militares fosse algo de difícil delimitação (KOONINGS; KRUIJT, 2003). O controle civil sobre os militares foi algo delicadamente discutido em diversos países da América Latina e levou a criação de diferentes mecanismos de controle civil sobre os militares nos países da região, mesmo assim pode-se dizer que há uma dificuldade de definição da função precisa das forças armadas que são constantemente acionadas para lidar com questões internas de diversas ordens. A ideia de militarização que aqui pretendemos trabalhar trata além da chamada policialização das forças armadas, da militarização da polícia e aumento de práticas de controle. Isso indica que há uma constante decisão de utilizar

táticas, equipamentos, e doutrinas militarizadas (RODRIGUES; WAEVER; RODRÍGUEZ-PINZON, 2020).

Graham (2017) indica que “a metaforização da ‘guerra’ contra o crime, as drogas, o terror, a doença – solidifica mudanças mais amplas de paradigmas urbanos sociais, de bem-estar e keynesianos para ideias autoritárias e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem” (GRAHAM, p. 76, 2017). Por fim, a militarização constituiria uma forma de se organizar a vida a partir da ideia de disciplina militar, da estética militar, do uso de armamentos e do uso da violência para a contenção de determinados grupos no espaço urbano e rural e o papel das polícias e militares seria o de reprimir e controlar o crime. Em uma sociedade capitalista e marcada por desigualdades sociais, como é o caso analisado, acaba que o papel da instituição também é de triar e filtrar pelo controle social aqueles que merecem bons tratamentos e os que merecem ser eliminados. Outra função de triagem também acontece geralmente no Judiciário, mesmo que as leis tenham um caráter universalista o acesso a serviços de advocacia, por exemplo, é diferente para aqueles que pertencem as elites econômicas do que para os mais pobres (SOUZA,2008; ZEDILLO et al, 2019). A ideia de que se deve manter a manutenção da ordem é tão venerada por partes elitizadas da sociedade a ponto de torcerem e demandarem que as instituições continuem reproduzindo violência e repressão contra populações minoritárias (RODRIGUES; WAEVER; RODRÍGUEZ-PINZON, 2020).

Desde 2007, no México, as forças armadas passaram a assumir uma quantidade muito maior de operações, o número de soldados nas ruas teve um aumento considerável, os Estados Unidos contribuíram financeiramente para a capacitação dos militares, houve também aumento dos gastos públicos investidos em operativos e em poder de fogo. O que levou, como demonstram estudos, a um crescimento nos enfrentamentos diretos com grupos organizados e o número de homicídios. A insegurança passou a fazer cada vez mais parte do cotidiano das pessoas que vivem em cidades onde a atividade dos grupos organizados era mais intensa e onde havia disputas entre os grupos organizados e também entre grupos organizados e forças Estatais.

A política de perseguição e uso da força direta contra os grupos organizados aumentou a violência, não só a violência direta em termos de mortes, desaparecimentos

e tortura, mas também provocando um maior índice de deslocamento interno e diminuição da expectativa de vida da população mexicana em diversos estados (ZEDILLO et al., 2019).

1.2 A Importância de Registros Sociais na Gestão de Populações

Aqui abordaremos, brevemente, a genealogia em torno da produção de estatísticas oficiais, destacando a importância dessa forma de tecnologia para a gestão de populações que surge no final do século XVII, articulando conhecimentos técnico-especializados que surgem nesse período com discursos oficiais que mediam e regulam a dominação não só política, mas biológica entre Estado e sociedade. Desde que passaram a surgir, dentro de diferentes processos históricos que culminaram em uma forma predominante de organização política, os Estados quiseram conhecer seus territórios e suas populações. Como aborda Senra (2005), a preocupação em organizar registros com informações sistematizadas surgiu a partir de empresas comerciais ao longo do século XVI, período comum à expansão do comércio marítimo e dos mercados. Todavia, existem tentativas de criação de registros populacionais que remetem a acontecimentos históricos presentes na Bíblia, havendo referência a mensuração da população israelita, o primeiro banco de registros de nascimento e livros de registros de impostos daquela região do mundo (SENRA, 2005, p. 50-51).

Dito isso, podemos argumentar que a relação entre saber e poder faz parte de um processo histórico, sendo essa própria relação um processo, no sentido de não ser estático, mas correlacional. Essa espontaneidade está presente no âmago das relações sociais que foram se complexificando no decorrer da Idade Média e do Renascimento, como a massificação do uso de moedas, concentração fundiária, surgimento da propriedade privada, dentre outras mudanças tecnológicas, demográficas e políticas. Esses elementos corroboraram para a expansão de técnicas de mensuração, assim como o surgimento de institutos de geografia e complexificação da burocracia como um todo, uma vez que os Estados acompanharam a expansão da existência de propriedades

privadas em seu interior, a fim de poderem cobrar impostos para o financiamento de sua estrutura e tomarem conhecimento do perfil de suas populações.

Propor um debate nesses termos aqui colocados, vai em direção ao esforço intelectual de compreender o “como do poder” em termos foucaultianos. Dessa maneira, entendemos que existem três categorias fundamentais para pensarmos a gestão da vida quando observamos os registros de mortes sendo elas: o poder, o direito e a verdade. A começar pelo direito, é importante destacar que se trata de um “conjunto de instituições, aparelhos e regulamentos que aplicam o direito” (FOUCAULT, 2019, p. 24), sendo a principal instituição a qual se fará referência nessa pesquisa será as forças armadas mexicanas, ainda que compreendamos que ela é apenas uma das instituições que compõem esse conjunto de aparelhos estatais. Uma vez que abdicamos de discutir as relações do Estado com a sociedade enquanto um contrato social, possuímos mais elementos concretos para a análise das formas de dominação que operam na nossa sociedade, podendo estudar seus operadores materiais.

Pelo fato de que os dados são informações que são produzidas socialmente, é relevante pensarmos a respeito dessa produção de registros sobre eventos sociais que são categorizados, organizados e comunicados, sobretudo os dados produzidos, por séculos, apenas por instituições do Estado. Podemos inferir que, a partir da segunda metade de século XX, os Estados passaram a organizar suas instituições jurídico-políticas para a contenção de “insurgentes nacionais”, em uma mudança de paradigma das relações de paz e guerra entre as nações para a internalização da guerra por parte dos Estados, onde os alvos a serem combatidos são seus próprios cidadãos. Diante do exposto, pretendemos na discussão aqui proposta contribuir para o debate do campo das Relações Internacionais no âmbito dos estudos sobre segurança, violência e as tecnologias da informação e comunicação, debatendo a relação entre a vida e a morte em um espaço marcado por conflitos armados entre agentes de segurança e cidadãos.

A produção de dados é importante para a construção de registros sobre as populações, como já mencionado. O monopólio da produção de dados pelo Estado, a maneira com que esses dados são tratados, e a maneira como são divulgados ajudam a construir os regimes de verdade que se pretende, assim, é importante que também da

parte dos investigadores e daqueles que estão interessados em construir políticas alternativas àquelas adotadas pelo Estado fazer parte desta disputa de narrativas, no sentido da produção de dados e da construção de índices para que se criem contra-narrativas. Por este motivo, é que nesta pesquisa buscaremos fazer o debate sobre a importância de como se tratar os dados concernentes às populações que são de fato mais afetadas pela militarização e pelo discurso da guerra. No México, desde 2014 às forças armadas não disponibilizam os dados sobre as mortes ocorridas em seus enfrentamentos (RANGEL et al, 2020), e a maioria das bases de dados oficiais do governo como as do INEGI, não apresentam detalhes que permitam saber exatamente quem são essas pessoas que morrem todos os dias nos enfrentamentos entre forças armadas e grupos organizados.

Na maioria dos indicadores oficiais sobre homicídios, não se informa uma distinção clara sobre se as mortes se tratam de civis ou membros de grupos organizados, e não há na maioria das vezes informações de recortes sociais como de gênero, raça e classe. Isso dificulta a investigação para que se possa ter uma ideia real das características da violência produzida por essas práticas. A falta de informações detalhadas pelas instituições e autoridades públicas sobre os desaparecimentos, os homicídios e enfrentamentos são parte do que aqui chamamos de política de morte. No exercício do poder necropolítico está a desumanização, invisibilização daqueles que são indesejados na sociedade. Desta maneira, buscamos nos basear em dados informados por jornalistas, por indicadores construídos por pesquisadores independentes, centros de pesquisa e outros grupos da sociedade civil para poder a partir destes informes conseguir propor uma reflexão acerca do cenário de violência que vive o México já há alguns anos.

É importante apontar que geralmente no debate sobre falta ou insuficiência de dados para tratar dos temas de segurança pública há uma tendência de indicar que há uma incapacidade institucional, uma fragilidade por parte das instituições governamentais, como as polícias e as forças armadas, de manterem uma base de dados atualizada e disponível para acesso público. De fato é importante o debate sobre fragilidade institucional e corrupção dentro destas agências, mas aqui também

apontamos o caráter objetivo dentro, de um propósito maior, do controle de narrativas e da gestão da população na não manutenção desses dados.

A escolha metodológica para a construção do trabalho vem da análise discursiva da guerra, que começa com políticos e articuladores da Política Externa norte-americana mas que é replicada principalmente no México a partir de Felipe Calderón. Buscamos entender como as construções discursivas importam para a criação de problemas de segurança e práticas securitárias (MANERI, 2010). O discurso perde um pouco de força quando o país passa a ser visto frequentemente nas listas que informam as cidades e regiões mais perigosas do mundo, com altas taxas de homicídios e aumento das disputas territoriais e por rotas entre os grupos organizados e entre as forças estatais. A partir da desconfiança dos mercados sobre a segurança de se investir no México, e com medo de enfraquecer o turismo, também o presidente Peña Nieto em seu sexênio deixa um pouco de lado o discurso da guerra, mas segue reforçando práticas militarizadas e despachando as forças armadas para as ruas. (ROSEN; ZEPEDA MARTÍNEZ, 2016).

Igualmente, buscaremos entender a “governamentalidade” a partir dos dispositivos de controles acionados pelo Estado com a narrativa de “guerra”, como por exemplo, a importância dos registros sociais e a falta de dados sobre os impactos causados pelos enfrentamentos entre os agentes estatais e supostos membros de grupos organizados. Por esta razão, a falta de dados, ou a insuficiência dos dados disponibilizados por fontes oficiais dificultam possíveis análises sobre a violação de direitos humanos, sobre os desaparecimentos e as mortes ocorridas neste contexto de violência. No seguinte capítulo, as políticas adotadas pelos presidentes Felipe Calderón e Peña Nieto serão analisadas em termos do discurso e das práticas. Assim buscamos compreender como determinadas políticas não devem ser apenas entendidas como defeituosas e falhas, porque servem a um objetivo que é a manutenção da própria guerra a partir das vidas que são consideradas descartáveis.

1.3 Caráter Colonial da “Guerra”

‘The problem of the twentieth century is the problem of the color line’

(W. E. B. Du Bois)

Os autores que trabalham com o termo Global Colour Line usam o conceito cunhado pelo sociólogo Du Bois em 1925. O termo sugere que existe uma divisão global baseada na ideia de raça que teve como materialização as empreitadas do imperialismo europeu e a sustentação do colonialismo. Partindo desta ideia é interessante perceber como as Relações Internacionais surgem exatamente deste empreendimento do imperialismo europeu e reproduz a visão eurocentrada de mundo. A falta de análises sobre racismo e raça como aspectos centrais da modernidade e da construção do sistema de Estados e da divisão do mundo, impede as Relações Internacionais de compreenderem como as divisões baseadas em diferenças raciais ainda vigoram na Política Internacional e na produção de violência. No livro *Race and Racism in International Relations*, os autores falam dessa especificidade das Relações Internacionais:

Given that IR’s disciplinary straitjacket is weakening – with the rigid demarcations and stark dichotomies between “inside” and “outside”, “politics” and “economics” and the “personal” and “political” collapsing – the imperative to think about the relevance of race to world politics both historically and contemporaneously has become all the stronger (ANIEVAS; MANCHANDA; SCHILLIAM, 2014, P. 9).

A falta de análises que centralizem a raça nas perspectivas sobre política internacional e sobre conformação da violência nas Relações Internacionais reforça o caráter eurocêntrico e constitutivamente limítrofe para pensar estruturas de opressão na contemporaneidade. Então, ao olhar a temática da “guerra às drogas” deve-se pensar na construção histórica do ideário das drogas como substâncias que geram um problema social e assim também um problema de segurança, e então sua relação com a desumanização do Outro não só nos Estados Unidos, mas em todo o globo.

Dentro desta chave é que Kojo Koram (2019) propõe pensar a guerra às drogas como um projeto do Século XX construído em cima da retórica racial do perigo das

drogas. Ele vai apontar que o desenvolvimento da legislação internacional sobre drogas é baseada no proibicionismo e foi construída em cima da ideia que liga o uso de drogas pela população negra e imigrante e que a ideia de drogas e criminalização foi não só nos Estados Unidos ligada a questão racial, mas assim também foi globalmente construída. Partindo do entendimento de que raça não é uma condição natural, que existe a priori, mas sim uma construção social baseada na diferença e que continua sendo sustentada e precisa da sustentação das práticas diárias de instituições como a polícia, o sistema judicial, o próprio Estado.

Koram (2019), apresenta também que a construção do que se entende por drogas como denominação para substâncias tóxicas nos dias atuais também foi uma construção social, e dessa maneira se conformou a ideia de que certas substâncias poderiam trazer um problema de desordem social, aumentar a violência e aumentar a delinquência nas comunidades humanas. Tais ideias foram construídas conjuntamente com a formulação das convenções internacionais sobre drogas que demonstram um caráter de universalismo e de consenso. Apesar de adotar uma postura liberal em termos da suposta imparcialidade das leis, o projeto proibicionista tem sustentado o quadro de divisões raciais e étnicas dentro e fora das nações do mundo. Para ele a conformação do sistema global de controle de drogas tem como base o reforço da linha de cor no mundo que foi traçada pelo imperialismo europeu e que continua se reforçando desde o fim da colonização e a virada do século. E na arena do século XX, a Guerra às drogas se forma como um sistema de proibição de substâncias ilegais internacionalmente e nacionalmente que sustenta as diferenças nas subjetividades e experiências racializadas (KORAM, 2019).

É possível perceber que não houve uma grande diminuição na comercialização dos entorpecentes, ao contrário um aumento da violência, dos assassinatos, dos desaparecimentos que são inscritos contra um grupo específico da população, que na longa duração da história são constantemente oprimidos. Segundo Ariadna Estévez (2019), no México não é diferente, a guerra que ela chama de guerra necropolítica tem objetivos coloniais e por isso uma dimensão racial. A autora aponta que as desigualdades aprofundadas pelas políticas neoliberais adotadas pelo país, assim como a

criminalização das cadeias produtivas de drogas, levou a homens de classes mais baixas e que são geralmente de pele escura, com baixa educação e indígenas a compor o quadro de trabalhadores da economia ilegal na venda dos psicoativos, no tráfico humano, na tortura, assassinato, estupros e desaparecimentos.

Outra importante contribuição para o desenvolvimento do argumento defendido nesta pesquisa é o pensamento do autor camaronês Achille Mbembe (2017) que caracteriza o ser que habita o estado colonial como não humano, ou sub-humano no sentido em que para esses não se aplica o estado de direito e a civilidade. Esta definição é central para o pensamento racial onde o Outro é colocado não como um ser diferente, dentro da civilidade e passível de oposição. Mas, é entendido como fora da condição humana, é sub-humano, e por isso deve ser aniquilado (KORAM, 2019). A atualidade dessa função soberana do fazer morrer se reproduz como aspecto principal da chamada necropolítica. É importante perceber sua centralidade na sustentação dessas engenharias coloniais. Por isso, a ideia de que existe um momento pós-colonial onde as tecnologias de poder da colonialidade tenham sido superados, como percebidos em projetos universalizantes como o de proibição das drogas, é insustentável. As tecnologias cotidianas de morte são engendradas de maneira em que corpos racializados e genderizados sejam os alvos constantes desta política, como pretendemos mostrar. Essa construção se dá não somente pela narrativa do medo e da (in)segurança, no caso da guerra às drogas, mas pela ideia de que há corpos que precisam ser eliminados.

Buscamos demonstrar neste capítulo o caminho pelo qual, dentro das Relações Internacionais, foi possível pensar que questões de segurança pública estão ligadas a temas internacionais e estão mais difíceis de serem resolvidos se forem pensados a partir de uma única ótica. A partir disso debatemos como que contribuições da Sociologia Política Internacional e dos estudos decoloniais podem ser chaves para se pensar a militarização da segurança pública no México e o aprofundamento da violência dessas práticas. Nos próximos capítulos, será apontada uma breve revisão histórica do papel das forças armadas mexicanas e seu envolvimento com assuntos internos e de segurança pública. Também comentaremos sobre o lugar social que ocupa as forças armadas no imaginário popular e sua característica como importante corpo social no

funcionamento e construção do Estado mexicano. Por fim, será demonstrado o envolvimento histórico das forças armadas em questões internas desde os longos anos de PRI até a chamada guerra de Felipe Calderón.

2 A GENEALOGIA DO PROIBICIONISMO NO MÉXICO

“Aquilo que não se pode proibir tem necessariamente que se permitir.”
(ESPINOZA, 1979)

Sobre as substâncias psicoativas, que ao longo do tempo se convencionou chamar de drogas, e seus variados usos, é possível falar a partir de diferentes lugares e a partir das relações culturais que as sociedades criaram com essas substâncias. De todas as possibilidades, é possível afirmar que essa relação sempre existiu, entre humanos e drogas, independente dos fins. A maioria das substâncias hoje proibidas nacionalmente pelos Estados e internacionalmente controladas pelos tratados, já foram não somente legais como requeridas pelos próprios governos em determinados contextos, como em períodos de guerra. Uma válida observação seria que a história da guerra contra às drogas é algo recente, presente nestes dois últimos séculos. Porém, a história da relação do ser humano com elas é muito mais antiga, foram importantes para anestésiar a dor e revolucionar a medicina, assim como para movimentar economias. Entretanto, o século XX foi o momento em que o consumo de todas as drogas teve um aumento drástico e especificamente com produtos da indústria farmacêutica (CARNEIRO, 2019).

Nesta seção, buscamos fazer um recorrido analítico da construção das políticas de drogas no México, desde os primeiros indícios legais de tentativas de controlar de alguma maneira o consumo e a venda de determinadas substâncias, até a criminalização e o proibicionismo que é o desenho da política de drogas atual. A intenção colocada nesta parte do trabalho é buscar reconstruir a genealogia do proibicionismo no México, considerando os diversos momentos políticos, as pressões externas e internas e os cenários que contribuíram para que a proibição, enquanto estratégia de política pública já comprovadamente incapaz de reduzir a violência ou de erradicar as drogas, segue sendo o caminho seguido no México e como está relacionado à militarização do país e ao aumento da violência. Os autores mobilizados nesta seção contribuem para uma

reflexão que coloca, em primeiro plano, os aspectos específicos culturais e políticos mexicanos. Com intenção de que esses elementos não sejam diminuídos para entender as subjetividades e complexidades do cenário do país, o objetivo é que seja possível, ao final, esclarecer a ideia de que alternativas não proibicionistas e não necessariamente repressivas são possíveis, como também desejáveis e urgentes.

A determinação das substâncias, em quase todas as partes do mundo, enquanto legais e ilegais, foi uma conjunção de fatores que envolvem interesses políticos e econômicos. Tendo o antiproibicionismo como alicerce da busca pelos direitos individuais, neste capítulo propõe-se debater as maneiras pelas quais o proibicionismo moderno não é fundamentado em interesses de proteção à vida mas sim de controle dela, num exercício de biopoder que promove a manutenção do status quo. Sobre isso, aponta Soares (2019):

A guerra às drogas constitui o mais escandaloso fracasso de política pública transnacional continuada de que se tem notícia, nas últimas décadas, sem que o resultado pareça importar aos governos que a implementam. O que demonstra quão valiosos são os ganhos secundários e as vantagens setoriais (SOARES, 2019, p.158).

Se falarmos de uma genealogia do proibicionismo no México, é possível identificar como marco legal o código penal de 1931 que previa punição e reprimia o uso de substâncias psicoativas. Na verdade, estas primeiras leis e marcos legais começaram mais ou menos ao mesmo tempo em vários lugares do mundo. O que diferencia são os contornos próprios de cada país e cada sociedade.

Outras leis e dispositivos legais foram surgindo nacionalmente, ao mesmo tempo que o sistema de controle de drogas internacional, impulsionado pela força política dos Estados Unidos e o seu interesse neste assunto se fortalecia. Não se pode, contudo, afirmar que o proibicionismo no México foi uma imposição externa. O México historicamente é um país não só militarista, mas punitivista e com diversas questões sociais que ajudam a entender o fortalecimento desse sistema. Todo o discurso moral sobre as substâncias psicoativas foi reforçado pela invenção do discurso de segurança. Ao tentar separar em diferentes momentos a construção da política de drogas mexicana,

se percebe a influência estadunidense em muitos períodos da história, mas também há que adicionar explicações próprias, locais, e muito específicas da sociedade mexicana.

2.1 As Primeiras Políticas Antidrogas

No México, o primeiro surgimento de leis que reprimiam o uso da maconha foi no período de 1920. As substâncias não eram criminalizadas, não existia provisão no código penal, a criminalização do consumo, e consequentemente dos consumidores, foi estabelecida na lei um tempo depois. A criação de políticas restritivas e proibicionistas pelo mundo foi um conjunto de influência dos Estados Unidos, mas também de uma série de fatores locais como padrões de comportamentos racistas, classista e xenófobos que se reforçam na aplicação dessa política (LABATE; CAVNAR; RODRIGUES, 2016). Em diferentes países na América Latina, a política de drogas se atualiza enquanto uma tecnologia de controle e repressão policial e militar. O argumento que será explorado aqui é o de que existe uma relação entre a militarização e a política antidrogas onde a essa política pública acaba por funcionar de fato não para o controle das drogas, mas, sim das pessoas e das suas formas de existir, por meio da repressão e da utilização da violência.

Assim, ao longo dos anos, o México foi construindo a sua política de drogas a partir das experiências e pressões internas e também de influências externas. A característica de ser um país de trânsito por muitos anos para a cocaína vinda da Colômbia e a larga fronteira que possui com o país que tem o maior mercado consumidor de drogas do mundo são fatores que acabaram contribuindo para que o país se tornasse um grande produtor e distribuidor das substâncias, não só para os Estados Unidos, mas também para outros países. O México não é um país que tem uma relação de consumo muito intenso de psicoativos. Na verdade, o consumo de maconha era bem baixo e de cocaína também, e segue até hoje sendo um país que mais exporta do que consome (STEFANONI, 2018). Isso chama atenção para que se busque entender porque a política de drogas foi construída baseada no proibicionismo e na repressão, pois, é importante entender a que interesses de fato ela serviu ao longo de sua construção e consolidação.

Pensar política de drogas enquanto uma política pública é importante porque, de uma perspectiva do estudo das políticas públicas, elas servem para um objetivo específico, para resolução de problemas objetivamente traçados e devem regularmente serem avaliadas. No caso da política proibicionista, ela não é implementada pelos resultados que traz, já que independente de qualquer esforço de erradicação, as drogas continuam existindo e as pessoas continuam usando. Desta maneira, propomos aqui que a questão deveria ser endereçada de uma maneira em que se pense em diminuir os possíveis riscos dos usos das substâncias psicoativas.

A política de drogas foi construída, assim como todo aparato repressivo, desde a criação até a aplicação das leis e sofre influência de aspectos internos de cada país, assim como também de pressões externas. Então, há espaço para que outros entendimentos sejam possíveis e se crie políticas mais progressistas ou menos repressivas. Isso deriva de uma luta de setores sociais, que advogam e buscam por mudança e políticas mais progressivas, como no caso de Portugal, do Uruguai e de alguns estados nos Estados Unidos. Porém, a relação estabelecida entre política de drogas e violência é muito mais estreita no México, e é exatamente o que vamos explorar nesta sessão. Foi apontado por Thiago Rodrigues e Beatriz Labate (2016) que, o proibicionismo pouco serviu para alterar padrões de consumo e produção servindo mais para a criação de novos crimes a serem combatidos pelo Estado já que as atividades relacionadas às substâncias passaram a ser criminalizadas como o consumo, a venda, o transporte e a produção. Nesse sentido, consumidores que fazem uso recreativo, produtores, agricultores, vendedores e transportadores viram criminosos e alvo das políticas repressoras do Estado.

O problema de segurança em relação às drogas em muitos países da região da América Latina, inclusive no México, foi dado por níveis diferentes, passando por um problema de saúde, de segurança pública, de segurança nacional e internacional. Assim, é importante considerar o tema exatamente pela natureza internacional da questão e como ela é tratada nacionalmente por muitos atores. (RODRIGUES; LABATE, 2016). Ao longo da história, a política de drogas foi sendo construída ao mesmo tempo no México que em outros países, e foi sofrendo alterações ao longo das mudanças também nos

fluxos de venda, de aumento de consumo e criação de novas rotas de tráfico e nos interesses externos. A maioria das substâncias proibidas hoje no país eram consumidas no início do século XX, como o ópio que era usado em contextos diversos, mas, principalmente, para o alívio de dores e em medicamentos, e outras substâncias como a heroína, cocaína e a maconha. Nesse momento ainda não havia uma sistematização de uma política para controlar ou criminalizar o consumo (BRAGANÇA, 2017).

Neste primeiro momento, o que existia eram tentativas de criação de legislações em alguns municípios e cidades e que tinham a finalidade de prover algum controle social devido ao que os efeitos do uso dessas substâncias poderiam causar aos indivíduos. Surgiram legislações como o Código Penal do Distrito de Baja California de 1871 que usou pela primeira vez o conceito de um “delito contra a saúde pública” que tinha como objetivo garantir a não adulteração de “substâncias nocivas para a saúde”. Houve também uma lei de proteção ao consumidor que não especificava exatamente qual tipo de produto ou substância, poderia ser alimentício ou um medicamento por exemplo (STEFANONI apud BRAGANÇA, 2017). Essas primeiras leis tinham como objetivo regulamentar substâncias e medicamentos e serviam para garantir segurança para tratamentos terapêuticos e usos medicinais. A intenção era prezar pela saúde pública e do consumidor e não pelo controle de determinadas substâncias.

Leis de controle começam a surgir no país no início do século XX, no contexto da criação da convenção de Haia de 1912¹ que influenciou de certa maneira a visão interna no país sobre o controle de drogas. O caráter proibicionista dos tratados internacionais influenciou a criação de leis que tentavam controlar a produção, a venda e também o consumo dentro do país. Neste período, diversas substâncias, hoje em dia proibidas, eram regulamentadas dentro do país por farmacêuticas para uso medicinal da população.

Al ser relacionada con las culturas indígenas, también fueron fundamentales los argumentos degeneracionistas e higienistas que se entrelazaron con los potenciales riesgos mentales que producía su consumo. Dentro de la élite que tejía esa argumentación no sólo se encontraba el sector editorial, sino también

¹ O tratado de Haia de 1912 estabeleceu que o ópio e a coca seriam restritos aos usos medicinais apenas e teria a venda controlada em quase todos os países.

médicos y abogados que, presumiblemente, despreciaban una planta propia de la herbolaria indígena y que además se consumía entre mestizos dentro de las clases populares en el ámbito urbano (STEFANONI, 2018 p.148).

Deste passado de regulamentação e não criminalização também fala Froylan Enciso, um autor e pensador sinaloense em seu livro “*Nuestra historia narcótica: pasajes para (re)legalizar las drogas en México*” que afirma desde os tempos pré-hispânicos se utilizava diversos tipos de substâncias e que a proibição no México não começa com iniciativas higienistas de médicos e nem mesmo a partir da guerra inaugurada pelos Estados Unidos, mas sim desde os tempos coloniais. O autor entende que a história da proibição das drogas no país acontece por uma série de dispositivos de poder que serviriam para o controle social, e aponta os Estados Unidos como um ‘empresário moral’ que influenciou a proibição no país depois da revolução de 1910 (ENCISO, 2015).

Porém, por um breve momento, em 1940, se pode dizer que houve uma regulamentação de algumas substâncias no governo de Lázaro Cárdenas, mesmo que por poucos meses. Assim, o autor explica que a elite revolucionária mexicana se alinhou no período pós-revolução, com a elite estadunidense e com seus ideais proibicionistas. É por isso que se pode perceber que as primeiras legislações existentes com caráter proibicionista, mesmo que de maneira mais local e não tão sistematizada enquanto política nacional, possuíam argumentos de que determinadas substâncias poderiam causar uma “degeneração à raça”. Isto será explorado na próxima sessão.

2.2 As leis de ‘Pureza Racial’ e sanitárias

Na passagem do século XIX para o século XX, as leis higienistas e baseadas na chamada eugenia ganharam muita força no continente europeu e também chegaram a ter alguma influência em países latino-americanos, assim também foi no México. Na América Latina se aplicou o discurso higienista para discriminar sujeitos pertencentes a classes mais vulnerabilizadas. Em nossos países, o consumo de determinadas

substâncias foi proibido em consonância com o discurso higienista, de acordo com Stefanoni:

En esas naciones la prohibición de la marihuana fue abiertamente justificada con argumentos degeneracionistas, raciales y de higiene social que vinculaban a los usuarios de esa planta con la inmoralidad, el crimen y la decadencia social. No perdamos de vista que en México las élites médicas de finales del siglo XIX y principios del XX relacionaban la marihuana con las prácticas propias de los grupos indígenas y además con la locura (STEFANONI, 2018, p. 2019).

Os médicos mexicanos durante o porfiriato, na mudança do século XIX para o XX, obtinham uma preocupação com o tema da herança genética e possíveis patologias carregadas por indivíduos específicos. A ideia basicamente era a de que se deveria desacelerar a reprodução de seres considerados ‘anormais’, para promover um sentido de coesão social.

Neste período de início do século, muitas mudanças ocorreram no México. Este era um país majoritariamente rural e com a maioria da população vivendo nessas zonas afastadas de centros urbanos, em condições precárias de saneamento e de saúde. Nesse sentido a movimentação dos anos de revolução coincidiu com as preocupações com a saúde pública, onde as ideias recém chegadas da Europa ganharam espaço para florescer. A promulgação da constituição de 1917 foi o momento onde os temas tanto de saúde pública como da preocupação com as drogas atraíram alguma atenção no debate público. Nesta constituição é que se começou a construir as bases jurídicas para as leis que viriam a surgir em relação ao proibicionismo (STEFANONI, 2018). A primeira dessas leis foi o Decreto de 1920 que proibiu o cultivo e o comércio de plantas que “degeneram a raça”.

Os congressos organizados pelos médicos do Departamento de Saúde Pública da Secretaria de Educação Pública tiveram um papel importante em impulsionar a eugenia pelo país. Vários dispositivos legais neste período demonstraram o avanço da eugenia e como ela foi se institucionalizando ao longo do tempo. Desse modo, em 1918 o médico higienista José Maria Rodriguez instaurou uma ‘ditadura sanitária’ para travar o avanço da transmissão de doenças, incluindo doenças venéreas. Neste período o Departamento

de Saúde Pública também implementou medidas para garantir a higiene e a saúde da população. Assim explica Beatriz Horcasitas:

La idea general que animó estas iniciativas era que el Estado debía intervenir activamente sobre los problemas sanitarios derivados del 'crecimiento de las poblaciones y del desarrollo general de nuestra vida social, sí como de nuestra organización política', por considerar que era prioritario combatir cualquier elemento 'que envenenara al individuo y degenerara la raza', en particular el alcoholismo y la drogadicción (HORCASITAS, 2007, p. 111).

Os médicos que defendiam a ideia de melhoramento genético da população chegaram a fundar em 1931 uma instituição chamada “Sociedad Eugénica Mexicana para el Mejoramiento de la Raza” onde a ideia de melhoramento da raça, segundo Horcasitas (2007), ganhou dois sentidos. Um primeiro sentido, de evitar o que era entendido como degeneração biológica e social da sociedade e outro de incentivar a educação sexual, a saúde reprodutiva e a paternidade responsável. Aí está presente a ideia de herança genética, onde a reprodução poderia propagar perigos sociais como a criminalidade, a prostituição, doenças mentais, alcoolismo e vícios no geral. O plano era buscar o melhoramento da população através das características dos brancos, que eram considerados superiores, e com frequência os médicos eugenistas buscaram vincular os indígenas com inclinações à delinquência ou a doenças mentais.

Nesse contexto, o México por um curto período chegou a aplicar políticas de esterilização. Em Veracruz, no ano de 1932 criou-se uma lei que permitia a esterilização em caso de loucura, doenças incuráveis e criminalidade². De maneira geral esta política não se estendeu nacionalmente. Stefanoni explica que perante a ideia liberal de que todos os seres humanos são iguais perante a lei, a tentativa de patologizar alguns seres para que se justificasse sua inferioridade.

Así, ciencia, medicina y criminología elaboraron una serie de teorías para disipar la paradoja que implicaba un contrato social pactado entre individuos

² Para entender melhor sobre o caso de Veracruz, conferir no livro “Historias secretas del racismo en México (1920 – 1950) de Beatriz Urías Horcasitas (2007).

supuestamente libres e iguales, pero que en la práctica gubernamental —y también en la lógica de la burguesía y las élites capitalistas— no eran ni libres ni iguales. Este discurso con aspiraciones científicas logró justificar se usase la violencia del Estado sólo contra algunos: contra quienes por sus circunstancias socioeconómicas y por sus características físicas se encontraban —estructural e institucionalmente— fuera del contrato social (STEFANONI, 2018, p. 2016).

A partir da ideia de divisão das sociedades entre raças inferiores e superiores, vinda do século XIX, as culturas e diversos campos do saber foram moldados. O desenvolvimento de políticas públicas passou a ser também influenciado por essas teorias racistas e evolutivas. Assim, muitas políticas de migração, de educação, saúde foram constituídas com esses princípios. A sociedade mexicana, colonizada por espanhóis e bastante heterogênea em sua conformação, assim como muitos outros países latinos, introduziu por meio de suas elites a vontade de homogeneizar e buscar um melhoramento das características fenotípicas, aquelas encontradas nos brancos.

O artigo da constituição revolucionária de 1917, que proibia o consumo de substâncias que ‘degeneram a raça’ foi pensado pelo médico higienista Rodríguez, diretor da secretaria de saúde pública. Este artigo, aprovado em plenário, utilizou o termo ‘degeneração da raça’ em plena alusão às políticas eugenistas de melhoramento da raça humana (RODRIGUES; LABATE, 2016), assim:

Degeneracionismo, eugenismo e higienismo fueron herramientas de las cuales se valieron las élites médicas y legales cercanas al poder en México para elaborar argumentos que explican el porqué de ciertas conductas señaladas como desviadas o como delincuenciales (STEFANONI, 2018, p. 219).

O movimento eugenista neste período no país ganhava força e é possível identificar falas, documentos e políticas sanitárias que foram inspiradas nessas ideias. Dentro deste debate da influência do pensamento eugenista nas leis, a autora Horcasitas (2007) aponta que:

El sentido de la eugenesia en las décadas siguientes a la revolución rebasó la definición de políticas públicas hacia grupos concretos: los niños, los indígenas, las mujeres, los trabajadores, la familia. Su importancia radicó en la discusión

acerca del cambio de la sociedad en la erradicación de los elementos degenerativos que, según se pensaba, influían sobre el atraso de la mayor parte de la población. Para los médicos y políticos de la época posrevolucionaria, el combate sanitario en contra de aquello que la sociedad había incubado como elementos “degenerativos” apareció para establecer un orden, la aplicación de una ley (HORCASITAS, 2007, p.107).

Em 1920 se proibiu a maconha nacionalmente. Segundo Smith (2016), “Durante o século vinte, as drogas se tornaram um significativo biopolítico persistente usado para perseguir comportamentos anormais ou antissociais, para condenar regiões urbanas empobrecidas, grupos indígenas, estrangeiros, homossexuais e juventudes rebeldes” (SMITH, 2016 p. 34)³ [tradução própria].

De acordo com este autor, no período pós-revolucionário e a partir da proibição da maconha em 1920, existiam duas políticas de drogas. A oficial, constituída pelas leis e decretos de proibição como já mencionamos, e uma outra política de drogas ‘não oficial’, constituída pelos pactos existentes entre elites políticas locais, atores privados e crime organizado para manter o controle político de determinadas regiões. Essa segunda política de drogas, não legítima, é o que alguns autores chamam de “área cinzenta” exatamente pela dificuldade de informações e de registros dessas transações e pactos criados entre os atores (LEY; TREJO, 2020; SMITH, 2016). Os acordos invisíveis existentes nas chamadas “grey zones” e as políticas oficiais são duas vertentes das tentativas de controle político de um mercado cada vez maior e mais lucrativo internacionalmente, como o da venda de drogas. A repressão, a criminalização, as operações conjuntas envolvendo os Estados Unidos aumentaram a partir deste crescente mercado. De acordo com Froylán Enciso:

Al margen de esto, fue la presencia de Estados Unidos y las negociaciones propias del proceso revolucionario —sobre todo en lo que al control de la frontera norte se refiere— lo que determinó el cambio de la actitud gubernamental y la de diversos actores sociales mexicanos al final del periodo porfirista. Además, poco

³ “During the twentieth century, drugs became a persistent biopolitical signifier for perceived aberrant or antisocial behavior, used to condemn poor urbanites, indigenous groups, foreigners, homosexuals, and rebellious youths”

después de estas reuniones, en 1919, Estados Unidos entró en una etapa de prohibición del alcohol que se extendió hasta 1933 e inició el activismo multilateral en el tema. El activismo prohibicionista caracterizó su postura durante el siglo XX (ENCISO, 2010, p.67).

2.3 Da proibição à criminalização

Em 1929 entra em vigor um novo código penal que criminaliza não só o consumo da maconha, mas também de outras “drogas enervantes”. Na promulgação deste código foi consagrado o punitivismo e criminalização dos consumidores de psicoativos de diversas naturezas. No código, o consumo desses psicoativos foi descrito como um delito contra a saúde, o código penal era complementado pelo código sanitário de 1926 em termos de controle de substâncias.

Segundo Stefanoni (2018) a partir do código de 1929 a pessoa que era pega com drogas, ou que cometia algum delito previsto no código, não mais recebia uma intervenção administrativa como uma multa ou reclusão temporária, mas poderia ser encaminhada para uma prisão federal. Independente da quantidade que a pessoa estivesse portando, esta poderia ser enquadrada apenas por estar consumindo a maconha. Este novo código também não se referia somente ao comércio e a fabricação de substâncias nocivas à saúde como o anterior de 1871, mas inclui outros tipos de atividades como importar, exportar, vender, ministrar, comprar, qualquer quantidade de substâncias que possam causar vícios e “envenenar o espírito” ou “degenerar a raça”. Este código ficou em vigência por apenas dois anos pois, em 1931, houve uma reformulação onde foi feita uma tentativa de solucionar o problema de enquadrar o consumidor como uma pessoa com uso problemático e que deveria ser encaminhada para tratamento médico, ou como um criminoso. Neste caso, o código de 1931 teve algumas alterações; uma delas foi no uso do termo “consumo” para a aplicação de pena, que mudou para “posse”. Se fosse comprovado que a posse era para uso pessoal não se aplicariam as penas, porém, os juízes tinham poder discricionário (STEFANONI, 2018).

Segundo Smith (2016), nos anos 1930 houve uma divisão de posicionamento entre os proibicionistas clássicos e os agentes de saúde pública em relação às drogas. Entre eles estavam os farmacêuticos, médicos, policiais que eram a favor de penas duras tanto para o consumo como para a venda, influenciados pelo pensamento proibicionista fortemente presente na época de Porfírio Dias. E, para os agentes de saúde pública, o importante era tratar o assunto de maneira não criminal e oferecer auxílio, hospitalização e informação para os consumidores, com um foco grande no consumo problemático. Dessa maneira, hoje, o consumo das drogas é tem sido pautado, geralmente, por essas duas possibilidades, ou do vício e do consumo de risco onde o usuário necessita de intervenção estatal por vias da hospitalização, ou então é tratado como traficante dependendo da quantidade que porta consigo e se demonstra intenção de venda. Dessa maneira, a hospitalização ou o encarceramento são as únicas garantias e possibilidades incutidas na política nacional mexicana neste momento. A atualização do código penal federal ocorreu em 1931, mesmo ano da convenção internacional de Genebra sobre drogas. Aqui é possível perceber a confluência de um posicionamento nacional de acordo com o que era designado internacionalmente pelo sistema de controle de drogas.

Com a exceção da curta experiência de regulamentação do Governo de Cárdenas, os próximos anos, foram compostos de uma mistura de recrudescimento do discurso de combate aos grupos de cartéis e do proibicionismo, que, conjuntamente com o aumento do consumo passam a se fortalecer e expandir suas atividades (BRAGANÇA, 2017). Uma série de operações conjuntas com os EUA e outras feitas pelo governo mexicano, com a finalidade de erradicar as plantações de maconha e coca nas regiões montanhosas no norte do país. Em 1947, segundo Froylán Enciso (2015), autoridades americanas pressionaram o México a fazer uma operação militar nos estados de Sinaloa, Durango, e Chihuahua porque o consumo seguia níveis muito altos e a premissa estadunidense era da necessidade de eliminar a oferta para controlar a demanda. A partir daí os mexicanos decidiram que o tema das drogas deveria ser um tema para ser tratado pela Procuradoria Geral da República (PGR), e não pela secretaria de saúde pública. A partir daí é possível

dizer que a estratégia passa a ser de enfrentamento direto contra produtores, camponeses, consumidores e comerciantes.

Na década de 1970 os EUA vivia o período da contracultura e de uma busca grande pela maconha por parte de uma juventude que busca desmistificar as drogas e experimentar (AVELLAR, 2017). Neste período, houve uma operação de fechamento de fronteira por parte dos EUA para que a droga não chegasse até os jovens. As próximas décadas seguem sendo de aumento da atividade dos grupos organizados exatamente pelo aumento da demanda do outro lado da fronteira mexicana. Em 1970 com o governo do presidente Nixon, a “guerra às drogas” passou a ser tema da política externa estadunidense e o México claramente sofre as consequências desta decisão. Daí, uma série de operações, como a Operação Condor, envolveu os militares com a intenção de destruir plantios e buscar traficantes aconteceu, principalmente nesta região mais próxima da fronteira, com uma série de pequenos vilarejos sendo invadidos pelos militares e uma espiral de violência (ASTORGA, 2001).

Da década de 1980 aos anos 1990 os cartéis mexicanos se fortaleceram e se internacionalizaram, com o crescimento da Colômbia como produtora de coca, o México passa a ser um país de trânsito muito importante. O período da transição democrática no final dos anos 1990 para os anos 2000, onde o Partido Revolucionário Institucional (PRI) começa a perder posições em eleições locais e é possível afirmar, segundo Guilherme Trejo e Sandra Ley (2020), que os acordos locais e as proteções locais se rompem. Esse é um dos motivos pelos quais há uma explosão de disputas entre diferentes cartéis por territórios e em busca das melhores rotas de tráfico no início dos anos 2000, levando com que o tema do narcotráfico ganhasse uma proporção ainda maior. A proporção da questão do narcotráfico e da violência será explorada com mais detalhes no próximo capítulo, onde falaremos sobre a militarização como atualização do dispositivo biopolítico.

2.4 Relação EUA e México na área da segurança

A fronteira entre Estados Unidos e México, que ao longo dos anos ganhou vários títulos, como a mais perigosa, a maior em extensão geográfica e a com maior trânsito de pessoas no mundo. Também tem o peso de ser a mais propensa para o transporte de mercadorias de todo tipo, dentre elas, as drogas. Seria um esforço contraproducente no sentido do contexto histórico, não mencionar a relação estreita entre México e Estados Unidos, principalmente no assunto das drogas. Apesar do intuito da pesquisa não ser fazer uma análise comparada das políticas de drogas entre, ambos os países, seria muito difícil, do ponto de vista da construção de sentido, obter um panorama mais profundo do tema sem observar os meandros desta relação.

A relação dos dois países no aspecto da cooperação não foi algo facilmente construído, principalmente em relação ao tema das drogas que atinge os dois países e toda a região latino-americana. Existia uma visão diferente dos dois governos sobre como resolver o problema, os EUA apontavam que o México precisava controlar a oferta das drogas e o México achava que, para além disso, também deveria existir políticas que atacassem diretamente o consumo das drogas. A visão estadunidense sobre o México era permeada por desconfiança por conta de episódios de corrupção envolvendo as forças policiais e as instituições mexicanas. Nenhum dos dois lados sentia que a relação era permissiva para uma cooperação mais profunda (CHABAT, 2010).

Por volta dos anos 1970 os temas que envolviam o crescimento do narcotráfico e do crime organizado apareciam nas pautas mexicanas relacionadas à segurança, mas conectados majoritariamente as questões de segurança pública e não de ameaça à estabilidade do Estado mexicano. Ao mesmo tempo, nesse período os Estados Unidos se tornaram a maior potência mundial e lutavam contra o fantasma do comunismo, colocando a segurança internacional em voga na pauta de Política Externa, assim tendo a finalidade de evitar qualquer possível ameaça do surgimento do comunismo em países vizinhos. O México tentava manter os princípios que defendia como o de

autodeterminação e não intervenção, mas ao mesmo tempo evitava um confronto mais direto com o vizinho (VELASQUÉZ; SCHIAVON, 2009).

Na década seguinte criou-se a percepção de que o tráfico de drogas internacional e o crime organizado era um problema transfronteiriço e que ameaçava não somente a estabilidade e segurança do Estado mexicano, mas também estadunidense. Alguns anos depois, com o onze de setembro e a adoção de uma política externa que pautava a guerra às drogas, a relação México e Estados Unidos passou a ser mais delicada e o narcotráfico passou a ocupar um peso muito grande nas agendas. Por um lado, o governo e a sociedade estadunidense possuíam uma desconfiança em relação ao México porque considerava que o país tinha um histórico de corrupção e do outro lado o México também tinha um pé atrás em relação aos Estados Unidos e não se mostrava muito aberto a cooperar porque desconfiava que poderiam violar a sua soberania. Apenas com a chegada do presidente Salinas em 1988 e a partir de uma reunião feita com o presidente Bush que passou a se falar do “Espírito de Houston” que seria explicado por uma boa vontade política tanto do lado mexicano quanto estadunidense em cooperar. E uma mudança de percepção entre os países que agora passariam a se ver como sócios dando um novo ar para as relações bilaterais (VELASQUÉZ; SCHIAVON, 2009).

Em março de 2007, Felipe Calderón recebeu a visita do presidente George Bush na cidade de Mérida, no México. Esse acontecimento estava previsto e fazia parte de um ciclo de visitas do presidente dos Estados Unidos ao país e Calderón aproveitou a oportunidade para ressaltar perante o presidente Bush a necessidade de fortalecer e incrementar a cooperação em matéria de segurança, especificamente na luta contra o narcotráfico. Calderón buscava convencer Bush da responsabilidade que os Estados Unidos deveriam assumir em relação ao narcotráfico e solicitava cooperação para lidar com os assuntos sobre tráfico de drogas, principalmente no que diz respeito à demanda de drogas em território dos Estados Unidos, ao tráfico de armas, e lavagem de dinheiro. A iniciativa foi estruturada ao final de 2007 e foi desenvolvida uma declaração conjunta que consistia em um pacote de ajuda financeira de 1.500,00 milhões de dólares para três anos. Foi aprovada em 2008 no congresso estadunidense uma lei que se referia à ajuda financeira norte-americana a países latino-americanos e incluía a Iniciativa Mérida.

O governo mexicano tentou por meio da ideia desta iniciativa, chamar atenção para o fato de que sem uma ajuda mais efetiva dos Estados Unidos seria impossível sozinho resolver o problema dos cartéis e do fluxo de ilícitos que transitava do seu país para o país vizinho. O México passou a ser o maior fornecedor das drogas consumidas nos EUA nos anos 1980 já com o tema da “guerra às drogas” quando o país conseguiu diminuir a quantidade de substâncias ilegais que chegava em seu território pela rota do Caribe, essa alteração da rota fez com que o México se tornasse o principal país de onde vinham às substâncias consumidas em território estadunidense. Essa demanda também fez com que toda a dinâmica dos cartéis e sua atuação se intensificasse no México, gerando um constante cenário de violência e disputa do tráfico organizado transnacional (BERNARDI, 2010).

A preocupação dos Estados Unidos com as suas fronteiras e principalmente com as migrações também se dá em relação à atuação dos cartéis e possíveis incursões de traficantes em seu território, então o país passou a apresentar uma postura mais colaborativa em relação ao México no que dizia respeito em se mostrar interessado a trabalhar para conter o tráfico. A postura estadunidense em relação ao vizinho, no que diz respeito a questões que envolvem cooperação nunca foi muito positiva, desde o início da empreitada da Guerra às drogas, inaugurada com o presidente Nixon, o entendimento com o México foi algo difícil pois, existia uma desconfiança muito grande por parte dos EUA em relação às instituições mexicanas e à corrupção do poder público no país (CHABAT, 2010). Com as negociações visando uma atuação conjunta entre o governo Calderón e Bush, houve indícios de que ocorreu uma mudança de postura e uma disposição maior para dialogar sobre o assunto, possibilitando um avanço das negociações entre agências dos dois países e entre os dois governos levando a implementação da Iniciativa Mérida. A declaração conjunta apresentada demonstrava a Iniciativa como um novo paradigma de cooperação entre Estados Unidos e México, um marco na história de cooperação em assuntos de segurança com finalidade de combate ao narcotráfico na região.

A Iniciativa Mérida é muitas vezes descrita como um ponto de inflexão na história de cooperação do México e Estados Unidos, seja pela quantia monetária expressiva que

foi acordada para assistir as agências e o governo mexicano, ou seja, pela aparente mudança de percepções entre os dois países. O momento pós 11 de setembro também é considerado como um fator importante para que se adotasse um posicionamento diferenciado por parte dos EUA que passaram enfatizar o Narcotráfico como uma ameaça à segurança nacional e colocar o seu combate como uma diretriz explícita de política externa. Muitas são as variáveis que possibilitaram essa mudança de posicionamento entre os dois países no governo Bush e Calderón, onde a Iniciativa tomou forma e foi implementada.

Na verdade, o plano de assistência ao México, não incluiu investimento de quantitativos direto ao governo mexicano, mas sim transferência de equipamentos, expertise e treinamentos. A iniciativa de cooperação continha a intenção de prover mudanças para várias áreas e não somente a de segurança, como era também o caso das reformas no setor jurídico e de inteligência. Para Paley (2018), ela pode ser entendida como um aprofundamento, uma atualização do tratado neoliberal do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Além de promover reformas institucionais, a parte importante do plano envolvia a militarização das instituições de segurança. Para entender a militarização que ocorreu no país a partir da declaração de guerra contra o narcotráfico é preciso entender o papel da Iniciativa Mérida e o papel dos Estados Unidos na manutenção do livre mercado e na expansão capitalista. Isto deixou claro que o aprofundamento da cooperação comercial e econômica está de braços dados com o incremento da via repressora e militarista do estado mexicano. Essa problemática será, entretanto, explorada melhor na terceira sessão deste estudo.

O incremento dos investimentos no setor de Defesa e de Segurança para lidar com o problema da violência das disputas entre os grupos organizados e para que o Estado demonstre sua tentativa de manter o controle sobre seu território. No livro 'Capitalismo Antidrogas' a hipótese defendida pela autora é a de que a guerra às drogas serve não para contenção da circulação das substâncias psicoativas, mas, para dar seguimento à expansão capitalista e exploradora na região. É claro que esta visão faz sentido do ponto de vista de que o ciclo violência, repressão, consumo de substâncias segue ao infinito e tende a continuar, já que a intenção nem de longe é erradicar as drogas ou prover

segurança para as pessoas, mas criar condições para que o lucro da atividade ilegal seja garantido.

Desta maneira, em 2006 Felipe Calderón introjetando tal discurso lançou sua campanha e venceu as eleições, fazendo do seu sexênio um novo período para a história mexicana em relação à política de drogas e a área da Segurança. O plano de cooperação com os Estados Unidos, assinado pelas duas partes em Mérida, representou um novo momento do enfrentamento do governo mexicano aos cartéis e a temática das drogas. Assim, o pacote de assistência assinado com o governo do país vizinho previa não somente uma cooperação em termos financeiros, mas também uma mudança nas estruturas das agências públicas, capacitação e investimento no setor militar e no sistema de justiça (PALEY, 2018).

Esta nova etapa demonstra que a agenda do narcotráfico seria uma grande aposta para os próximos anos, e o combate aos cartéis seria a linha de frente destes anos seguintes. Para a análise genealógica da política de drogas, para entender seus meandros e suas conexões externas, internas, é preciso buscar entender a influência das ideias higienistas, racistas e classistas que ganham força em determinado momento no país.

2.5 A crítica antiproibicionista

Assim como do século XIX na Europa nasceram ideias sobre melhoramento genético e supremacia racial, neste mesmo período também surgiram críticas a respeito das tentativas de se impor restrições às liberdades individuais, incluindo a regulação por parte do Estado, do consumo de psicoativos. O autor Henrique Carneiro (2018) em seu livro, traz de volta argumentos do liberalismo clássico e de filósofos como Spinoza e Stuart Mill e suas ideias sobre leis que pretendiam controlar ou proibir certas condutas, como a de alteração do estado de consciência por meio de substâncias psicoativas.

O que Carneiro chama de 'Antiproibicionismo filosófico' pode ser entendido a partir desses pensadores liberais como John Stuart Mill, por exemplo, que se posicionou a favor

do não controle ou da não ilegalidade do uso de substâncias psicoativas. Porque para ele, os desejos mais subjetivos do ser não podem e não devem se submeter aos controles do Estado (CARNEIRO, 2018). Esses pensadores advogam pela ideia de que a decisão de alterar o estado mental por meio do uso de psicoativos, é um direito que faz parte da liberdade do ser humano. Dessa maneira, a existência de leis que proibam o consumo, seja ele de qualquer natureza, já seria uma maneira de violar um direito individual. A decisão de alterar ou não o estado consciente do ser, se não gerar ações que causem danos a terceiros, é defendida como sendo completamente individual e não de definição do Estado. Sobre isso, o autor afirma que as leis destinadas à proibição dos desejos privados são ineficazes pois não se pode controlar as vontades e os pensamentos e isso daria continuidade a uma prática, porém escondida e proibida. Isso nos leva a questionamentos como porque alguns psicoativos como o álcool e o tabaco, ao açúcar e a cafeína são consideradas legais e mundialmente reguladas enquanto outras como a maconha, o ópio, a cocaína e tantas outras substâncias sofrem controles intensos e são constantemente alvos de projetos de erradicação.

Partindo desta análise, outro pensador importante que aporta para essa discussão ao falar sobre o poder pastoral e individualizante é Michel Foucault. O filósofo faz uma reflexão que auxilia no entendimento de como a razão política moderna conforma normas de comportamento geral que muitas vezes se chocam com o limite das liberdades individuais. Dessa forma é possível pensar que as regulamentações e todo o sistema de controle de drogas conformado e aderido pela maioria dos Países no século XX indicam uma maneira de restrição da liberdade individual ao tentar controlar o acesso a diversos tipos de substância que alteram a consciência (FOUCAULT, 1979). As políticas de drogas proibicionistas são em si antiliberais, mesmo quando implementadas por supostos liberais. Explica Soares (2018), que não há nada mais antiliberal do que regalar ao Estado o papel de superioridade em relação ao indivíduo, deixando para ele o papel de definidor dos interesses individuais. O autor aponta que o Estado se converte em um “terapeuta de corpos indisciplinados” (SOARES, 2018, p. 160), ao tirar a agência do ser humano e sua capacidade de julgar o que é melhor para si.

O antiproibicionismo filosófico dessa maneira, tenta demonstrar como dentro da filosofia liberal, o controle político dos usos de determinadas substâncias desrespeitam as liberdades individuais (CARNEIRO, 2018). Dessa forma, do ponto de vista filosófico, não haveria motivo para essa restrição. Em termos da violência, que é muitas vezes associada ao uso e a simples existência de determinadas substâncias, é importante apontar que ela deriva exatamente da ilegalidade destas substâncias e da dificuldade causada pelas restrições para que uma pessoa possa ter acesso a elas, e não do risco do uso direto da maioria dos tipos de substâncias psicoativas. As políticas governamentais acabaram sendo moldadas para a repressão não somente do consumo mas também da comercialização e produção de determinadas substâncias e acabam, por fim, tentando ditar os padrões de vida dos indivíduos. As políticas de drogas no México se constituíram seguindo o padrão proibicionista, repressivo e militarista e, funcionam até os tempos atuais como uma tecnologia de controle tanto individual, que direciona o comportamento de cada pessoa, como coletivo, quando dita os caminhos de uma sociedade em direção à guerra e a morte dos seus.

Diante dos breves meses de experiência de regulamentação no governo de Lázaro Cárdenas, o país sofreu pressão dos Estados Unidos por adotar medidas diferentes do tradicional proibicionismo. Imediatamente os EUA suspenderam o fornecimento de drogas para uso medicinal ao México, o que gerou um problema para os grupos farmacêuticos e médicos. Essa questão diplomática fez com que rapidamente ocorresse mudanças nessa tentativa de tratar a questão das drogas como um assunto de saúde pública e a experiência não viveu suficiente para que fosse possível avaliar seus resultados concretos. Desse breve experimento, Enciso (2010), afirma que o principal efeito foi cultural, já que em termos de avaliação de resultados da sua aplicação, o tempo foi curto. Para ele, criou-se a partir daí, a percepção popular da impossibilidade de se tentar outros caminhos, que não o da criminalização e proibição, na política de drogas. As tentativas de aplicar uma política pública voltada para a saúde e não punitivista e proibitiva foram perdendo força diante do cenário. A única alternativa foi seguir a receita estadunidense. Em 1947 a Procuradoria Geral da República (PGR) passa a assumir os assuntos sobre narcotráfico, pelo aumento das atividades ilegais e da violência no país e

a partir daí há um aumento também das atividades policiais e de um enfrentamento mais direto como envolvimento de diversos agentes de segurança, incluindo as forças armadas (ASTORGA, 2001).

O proibicionismo enquanto instituição global, não representa somente um grupo de leis que define a legalidade e ilegalidade de psicoativos, mas é também um regimento econômico, moral, ético e estético. Apesar de ser internacional, ganha contornos específicos em cada país, dentro de sua realidade (FERRUGEM, 2018). É por isso que colocar em perspectiva comparada as diferentes políticas de drogas no mundo pode ser uma maneira de entender qual o papel que essa estrutura tem em cada lugar. Apesar de ter avançado no debate sobre regulamentação de algumas substâncias, como é o caso da Maconha, o México segue tendo uma das piores políticas de drogas do continente e do mundo.

Segundo o Global Drug Policy Index⁴, o país está no grupo dos cinco países piores avaliados pela iniciativa do Harm Reduction International Consortium. A ferramenta que avalia as diferentes políticas de drogas no mundo em relação a adequação a parâmetros de respeito aos direitos humanos, saúde e desenvolvimento usa indicadores como a ausência de penas e sentenças extremas para o uso de substâncias, a proporcionalidade do sistema criminal de justiça do país, investimentos em programas de redução de danos, disponibilidade de substâncias controladas para o alívio da dor e desenvolvimento. No caso mexicano os indicadores apontam que há evidências de um grande número de mortes extrajudiciais decorridas da atividade militar e policial no combate contra as drogas. Além de uma alta frequência de tortura e violência cometida por policiais contra pessoas entendidas como suspeitas de envolvimento com o mercado ilegal e um alto nível de prisões arbitrárias. Além disso, o índice evidencia que a aplicação dessa política de drogas causa impactos negativos ainda maiores em grupos de etnias específicas, mulheres e pessoas de classes sociais mais baixas.

⁴ A ferramenta de avaliação das políticas de drogas pode ser acessada no site: <<https://globaldrugpolicyindex.net/ranking>>. O índice apresenta análise da política de drogas de 30 países no mundo e apresenta um ranking das políticas mais adequadas e das menos adequadas.

Dadas as considerações, a maioria das experiências proibicionistas experimentadas pelos países falhou em alcançar seus objetivos, de erradicação. Isso aconteceu com diferentes substâncias dependendo da sua importância para determinada sociedade, como o ópio na China, o tabaco e o álcool na Europa e nos Estados Unidos, que sofreram pressões e foram proibidas até por determinação passarem a ser reguladas. É nesse sentido que se pode afirmar que o antiproibicionismo enquanto ideia é tão antigo quanto o próprio proibicionismo. Ademais, desde a formação da sociedade capitalista, a experiência de proibir não alterou os padrões de consumo, nem mesmo conseguimos chegar perto de uma realidade onde as drogas simplesmente sejam erradicadas. Se a base de sustentação dos argumentos proibitivos é a preservação da vida, a melhor maneira de se garantir esse resultado é através da regulamentação e não do controle, seja para quaisquer sejam as finalidades.

2 FORÇAS ARMADAS MEXICANAS E A ATUAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo será dedicado à discussão sobre o poder militar e a violência que marcou e ainda marca o México, considerando como marco temporal a década de 2007 a 2017. Esta foi a década onde o aumento no número de homicídios foi de mais de cem por cento. Escolhemos analisar principalmente a atuação das Forças Armadas, por serem esses atores os que foram mais empregados por parte do estado mexicano, como braço armado na luta contra o narcotráfico. A intenção não é de entender o processo de violência como unicamente reproduzida pelas mãos do Estado, mas sim construir a ideia de que a resposta armada gera ainda mais violência, o que no discurso oficial diz combater. Este assumiu a narrativa de que o aumento do número de homicídios e aumento da violência era um indicativo do sucesso da estratégia de confrontação direta contra os grupos organizados e que as mortes fazem parte do percurso.

Nesta sessão será explorado o argumento de que a militarização da segurança pública é uma problemática que gera violência quando na verdade prega combatê-la, pois se alimenta do medo coletivo e de instrumentos biopolíticos para controlar grupos marginalizados e garantir o lucro de grupos privilegiados. Será elaborada uma análise sobre os atores presentes nesta dinâmica e quais os diversos lados que eles se encontram nessa guerra interminável.

Como entendido por Luiz Eduardo Soares (2018), a segurança é considerada pública porque diz respeito ao coletivo e por isso é um bem público, assim como a saúde e a educação. Diz respeito ao conjunto de práticas aplicadas para fazer com que o conjunto social tenha segurança. Entendendo a segurança não só como a ausência de crimes, de violência direta, mas principalmente da ausência do medo, da liberdade de utilizar e participar da coletividade tendo seu bem-estar não ameaçado. Outras categorias como a de sensação de segurança, medo, liberdade podem ganhar e significados diversos em diferentes localidades e contextos, são categorias que podem ser consideradas subjetivas, pois, se moldam de acordo com os traços culturais de cada lugar e também pela formulação legal de um determinado país, por exemplo de seus

significados como no caso da categoria crime. Neste sentido buscamos explicitar o que é entendido como violência e como segurança neste trabalho.

Determinar o que é sentir-se seguro dentro de uma sociedade é algo delicado e subjetivo. O campo semântico e dos sentidos do que é segurança é extremamente amplo e pode ganhar diversas interpretações, então a segurança instrumentalizada nos Estudos das Relações Internacionais, e a segurança proposta pelos Estados, sejam eles autoritários ou democráticos são no seu cerne uma forma de controle social. Indicamos nesta sessão que a política de segurança, assim como a política de drogas é uma política pública que tem como objetivo a proteção do bem coletivo. Desta forma, pensar em política de segurança seria pensar na proteção da coletividade. Para alcançar a proteção desse bem público, várias estratégias podem ser traçadas e a partir de diversas ferramentas. Aqui analisaremos o instrumento da força militar, ou seja, do uso da força e da violência legítima do Estado para a suposta garantia deste bem comum. A proposta é pensar até que ponto o uso legítimo da força pode ser considerado o melhor instrumento para assegurar essa garantia, ou se na verdade ela é uma estratégia causa mais danos do que os que propõem solucionar.

3.1 Poder Castrense e controle social

Julgamos de certa importância destacar que as Forças Armadas no México, assim como em muitos casos na América Latina, têm um importante papel social que contribui para o seu prestígio em tempos atuais. “Como en la mayor parte de Latinoamérica, las fuerzas militares mexicanas están en el epicentro del poder de las clases dominantes” (CADENA MONTENEGRO, 2010). A relação das instituições militares na formação do Estado e como dispositivo de controle e repressão social faz parte da história mexicana. Apesar disso, o caso mexicano tem suas peculiaridades. Diferentemente da maioria dos países da América Latina, que durante os anos de Guerra Fria sofreram com ditaduras militares e golpes de estado, o México não teve nenhum tipo de levante parecido, pois o alto escalão das Forças Armadas sempre participou diretamente da elite política do país.

A característica de delegar aos militares a formulação das estratégias para lidar com a questão do crime organizado é também uma das razões para que a agenda seja securitizada e para que a instituição consiga levantar recursos humanos, financeiros e operacionais (SAIN; GAMES, 2014). A militarização não foi um produto direto da guerra às drogas. Esta caiu como uma luva num projeto de longo prazo de militarização do Estado mexicano, e achou a narrativa que permitiu com que a elite militar ganhasse mais autonomia e respaldo dentro do espaço político nacional. Pérez Ricart (2018) aponta que no México de Felipe Calderón, a militarização pode ser percebida pelo aumento de recursos econômicos e recursos humanos destinados para as áreas militares, o treinamento de polícias feito por militares e mudanças e ampliação de marcos jurídicos que permitiram que os militares assumissem funções policiais. Além disso, como entendimento do processo de intensificação da militarização da segurança pública, a unificação e centralização das agências de segurança e a alocação de pessoal militar em cargos de comando de polícias locais, estatais e federais. Tudo isso justificaria a preocupação com o aumento do aparato repressivo e da estratégia de segurança pública frente ao problema do crime organizado.

Durante el gobierno de Felipe Calderón ocurrieron dos procesos difíciles de distinguir entre sí, pero analíticamente diferenciables: la constitución de las instituciones militares como actores centrales en el conjunto de las fuerzas de seguridad y la adquisición de lógicas militares por parte de policías locales y federales; ambos procesos son referidos en la literatura especializada como militarización (PÉREZ RICART, p. 3, 2018)

O país, desde sua independência, foi testando vários modelos de instrumentos de controle que eram aplicados em outros lugares da Europa e Estados Unidos, na tentativa de definir o papel da polícia e do Exército (PERÉZ RICART, 2018). Nos anos do porfiriato existia as polícias rurais, que tinham uma estrutura bastante parecida com a do Exército, e faziam a segurança das estradas e das zonas rurais. Além disso, o Exército fazia o papel de proteção da indústria nascente e as polícias das cidades faziam o controle social e do cumprimento das regras sanitárias, como apontado no capítulo onde discutimos as políticas públicas de saúde higienistas da época.

Durante os longos anos em que o Partido Revolucionário Institucional (PRI) esteve no poder, os militares participaram de uma série de confrontações que chegaram a colocar o governo em alerta. A maioria das atuações eram para reprimir protestos e mobilizações sociais, como uma manifestação estudantil na Universidad Nicolaita em 1949, a ocupação do Instituto Politécnico em 1956, a ocupação da Escola Nacional de professores em 1960, a ocupação da Universidad de Morélia em 1966 e a repressão ao movimento estudantil de 1968 (PERÉZ RICART, p. 11, 2018).

Além disso, existiam grupos formados por policiais e militares para perseguir opositores do regime do PRI nos anos 1970, desde trabalhadores rurais a estudantes. Foi o Exército que foi o responsável por conter os grupos que se rebelaram contra o Estado nos anos 1990, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), e o Exército Popular Revolucionário (ERPI) (MANAUT. 2019). Segundo o autor, mesmo nesses momentos mais críticos de levantes populares onde o Exército precisou intervir, o resultado foi algum tipo de acordo entre militares e civis, onde as relações seguiam em normalidade.

Los momentos críticos no alteraron la buena relación civil-militar, como fue la represión al movimiento estudiantil de 1968 y la contención a las guerrillas de izquierda entre 1970 y 1978. En 1994, cuando el país se modernizaba para incluirse en el área comercial de América del Norte, la acción para enfrentar el movimiento indígena zapatista cambió a una estrategia de negociación. Los militares aceptaron la nueva realidad y dejaron a los civiles la conducción del conflicto. (MANAUT, p. 190, 2019)

No caso mexicano o fato é que os militares possuem uma força política que chega a ser, em determinados contextos, maior que a dos próprios governadores. “Para el despliegue de tropas, se relacionan las Fuerzas Armadas básicamente con los gobernadores, aunque por ley deben estar subordinados los militares solo al presidente.” (MANAUT, p. 194, 2019). Em estados mais militarizados, com forte presença de grupos organizados como no norte do país, as Forças Armadas são acionadas diretamente pelos governadores para irem para as ruas, elas ganham um nível de confiabilidade muito alto por parte desses governantes.

O Exército fez parte da construção histórica do Estado Mexicano, e a classe política militar sempre esteve muito mais próxima das elites políticas do que contra elas. Neste sentido é que mesmo no período depois do longo regime do PRI, onde se fala de uma redemocratização do país e uma desmilitarização, esse conceito não cabe. Na verdade o cenário realmente é de um grupo que continua mantendo seus privilégios e ganha ainda mais autonomia e importância com a narrativa da guerra contra as drogas.

O que acontece em cidades pequenas com extrema presença militar no México continua sendo uma confusão entre os agentes de segurança e aqueles indivíduos que fazem parte do crime organizado. Muitas vezes não se sabe ao certo quem são os militares, quem faz parte dos corpos policiais, quem faz parte do crime organizado. De acordo com relatos de moradores, nem mesmo as vestimentas ou os transportes ajudam a identificar quem ali deveria proteger e quem traz ameaça e provoca violência, pois os homens que se movimentavam pela cidade usavam os mesmos veículos, ou andavam encapuzados (PALEY, 2020). Esta observação demonstra o quanto os atores nesse cenário militarizado estão entrelaçados e envolvidos em acordos difíceis de serem entendidos até mesmo para a população local. A ideia de que existem dois lados apenas, o Estado e os Cartéis, é difícil de sustentar quando se sabe que na verdade, muitas vezes esses atores estão trabalhando juntos e quem sofre as consequências de um cotidiano violento é a população.

3.2 Os militares e o “combate” às drogas

Um dos primeiros registros da atuação do Exército em uma campanha de erradicação de plantio foi em 1938, no estado de Sonora. O Exército foi acionado para apoiar uma operação para destruir cultivos de amapola. E com o passar do tempo esse tipo de operação passou a ocorrer mais vezes e com maior número de soldados em alguns estados no norte do país, como é no chamado triângulo dourado, Durango, Chihuahua e Sinaloa (PERÉZ RICART, 2018).

Assim como a construção de uma política de drogas proibicionista e punitiva às vezes parece responder a uma imposição dos Estados Unidos, a militarização também. A decisão de envolver o Exército e a Marinha⁵ nas operações de combate ao narcotráfico muitas vezes pode ser interpretada como uma reação direta do governo mexicano a fim de responder as constantes inferências externas e provocações como as de que o México não teria condições para tratar sozinho do problema do narcotráfico. Envolver o Exército, como será comentado, foi uma decisão reativa porém não pode ser explicada apenas como resposta às pressões externas (ENCISO, 2010).

El ejército, la institución armada destruyó un promedio de 98 plantíos de marihuana por día, es decir 186 mil 873 al año, cerca de un millón 298 mil 509 durante el gobierno de Vicente Fox; en total cerca de 127 mil 756 hectáreas del enervante al cierre de 2005. En lo que se refiere a plantíos de amapola, el Ejército destruyó 150 hectáreas por día, un promedio de cuatro mil 154 al mes, 116 mil 800 en el año 2005 y 766 mil 283 al finalizar el quinto año de gobierno Fox; ello se traducía en 77 mil 311 hectáreas de esta droga. Durante la vigencia del Plan Azteca, contemplado en el Programa de Procuración de Justicia 2001–2006, las Fuerzas Armadas mexicanas desmantelaron tres mil 957 pistas de aterrizaje que eran utilizadas para el tráfico de estupefacientes por los distintos carteles de la droga, además de dos mil 137 campamentos y diez mil 775 secaderos. (CADENA MONTENEGRO, 2010)

As primeiras operações de combate ao narcotráfico em que houve a participação do Exército aconteceram no norte do país. Os soldados foram acionados para, além de acabar com plantações e cultivos de ópio e maconha, foram chamados para enfrentar os grupos que se articulavam naquela região do país. Há relatos da truculência com que os soldados abordavam as pessoas nos pequenos vilarejos do norte, desde moradores a agricultores e pequenos produtores. Foi a própria população a linha de frente destas primeiras operações, como conta Froylán Enciso (2015) em “Nuestra historia narcótica” ao explicar como o pequeno bairro onde nasceu um dos maiores nomes do narcotráfico mexicano “El Chapo”, sofreu nos anos 1970 com os primeiros operativos militares.

⁵ A aviação militar mexicana não é uma corporação independente, ela faz parte do Exército. Assim, não existe uma Força Aérea, como nos moldes de vários países, como, por exemplo, o Brasil.

Operativos conjuntos foi o nome dado às primeiras operações deste tipo, sendo a primeira em Michoacán, foram aplicados em vários locais do país de 2006 até 2012 e tinha como objetivo, pouco explicado de prover segurança e garantir o estado de direito.

Uma série de operações conjuntas foi feita nos primeiros anos de Felipe Calderón no governo, sendo o primeiro estado a receber uma operação foi Michoacán, em 2007. O objetivo desta operação conjunta era empregar a força para restaurar a paz. E assim sucessivamente o Exército foi sendo enviado para operações conjuntas em vários estados, até o ano de 2012 (LAJOUS; OLVERA; VADILLO, 2018).

Le llamo Operación Conjunta Michoacán y su propósito era recuperar “los espacios públicos que la delincuencia organizada había arrebatado”. El plan: erradicar plantíos de marihuana y amapola, realizar cateos, ejecutar órdenes de aprehensión, dismantelar puntos de ventas de droga y controlar las carreteras y costas de todo tráfico. (REA; FERRI, 2019)

Além de envolver as Forças Armadas em operações diretas de combate ao narcotráfico, o governo de Calderón implementou uma gama de reformas como a reforma do código penal que passou a ser um código único para todo o país, autorizou a PGR a fazer espionagem telefônica e invasões sem ordem judicial (CADENA MONTENEGRO, 2010). As reformas acabaram por dar mais autonomia às Forças Armadas, andando no caminho contrário da maioria dos países da América Latina que passaram a criar um controle civil, um ministério de defesa, comandado por civis ao qual as Forças Armadas passaram a estar subordinadas (MANAUT, 2021). A estratégia nacional de segurança do presidente Calderón era a recuperação dos espaços públicos controlados pelos grupos organizados, isso aparece em uma das primeiras falas sobre o assunto feitas pelo presidente (MOLOEZNIK, 2017). A concepção de segurança apresentada é a de que o Estado estaria perdendo território e controle dos espaços para o crime organizado.

Com o novo presidente Enrique Peña Nieto, já no ano de 2012, ocorreram algumas modificações na estratégia, porém o modelo militarizado seguiu em vigência. No sexênio do presidente Peña Nieto, o discurso legitimador da guerra foi deixado de lado, porém as Forças Armadas ganharam ainda mais força política (MOLOEZNIK, 2017). Houve uma

mudança de estratégia e emprego das mesmas em operações que deixaram de ir atrás de nomes importantes da organização dos grupos organizados para atacar a logística e a infraestrutura desses grupos. Depois do aumento das taxas de homicídio no sexênio de Felipe Calderón sendo o México constantemente colocado como um país perigoso, o governo do novo presidente parou de priorizar o discurso de guerra publicamente. Em termos de agenda podemos dizer que ocorreram ajustes às políticas do mandato anterior de apreensão de grandes chefes do tráfico e midiaticização dessas operações, porém a militarização seguiu em curso.

No sexênio de Peña Nieto houve uma expansão da atividade de grupos organizados para outros estados do país, como Guerrero, Sinaloa no Pacífico e até para lugares que anteriormente possuíam índices bem baixos de atividade criminal como Guanajuato e Puebla. (MANAUT, 2019). Essa expansão dos grupos organizados disputando entre eles essas novas regiões fez com que cidades turísticas e muito frequentadas há pouco tempo, como é o caso de Acapulco no Estado de Guerrero, entrasse na lista de uma das três cidades mais violentas do mundo (ZEPEDA; ROSEN; RODRIGUES, 2020).

No livro “La tropa: Porque mata un soldado”, Daniela Rea e Pablo Ferris demonstram quem são os homens que compõem “a tropa”. Assim é chamada popularmente a classe de militares de baixo escalão, os soldados e cadetes, aqueles que vão para as ruas todos os dias e participam das operações contra grupos organizados, contra cultivos ilícitos. No livro, os dois jornalistas, foram atrás de respostas para entender melhor de quem são esses soldados e porque matam? Para entender se são treinados efetivamente para tal, de que classe social pertencem esses soldados e porque foram parar ali, fazendo aquele labor. A pesquisa publicada pelos jornalistas Daniela Rea e Pablo Ferri no livro demonstra a investigação que a dupla fez para entender as histórias dos próprios militares do Exército o que os levava, além de ordens superiores, a cometer tamanhas violações do uso da força. Os relatos dos militares, presos em prisões do Exército, muitos ainda esperando julgamento de seus casos, demonstram o quão brutal eram os enfrentamentos e como a narrativa do inimigo funciona no cotidiano uniformizado dos militares.

Vários ex militares entrevistados pela dupla de jornalistas descreveu o sonho de entrar para a instituição como algo que foi frustrado durante os anos de serviço. Muitos entram por acreditar na ideia de que existe de fato um inimigo a ser combatido que é representado na figura dos narcos criminosos e internalizam o sentimento de que estão servindo ao país. Além disso acreditam que o Exército é a melhor instituição para isso por conta de seu prestígio e pelos valores que carrega, já que as polícias muitas vezes são consideradas corruptas. Mas acabam se frustrando com o dia a dia do trabalho militar e com a violência que acabam precisando enfrentar no cotidiano das operações.

3.3 Os homicídios e uso letal da força - 2007 a 2017

“Antonio se asume así: — Nosotros somos un arma, soy un arma de guerra. Una pieza clave para enfrentar una guerra.” (“La tropa: Por qué mata un soldado”: Daniela Rea, Pablo Ferri)

Os homens que compõem o Exército mexicano são, em sua maioria, de origem humilde e acabam se juntando a “tropa” por razões como não ter tido oportunidades melhores. O fato da instituição garantir um salário fixo e acesso à educação, é um chamariz para muitos jovens. Ao entender melhor quem são aqueles que compõem a tropa, e suas subjetividades é que podemos também lançar luz sobre a questão de porque se mata tanto e porque há tanta impunidade nesta estratégia militarizada. Decidimos então, inspirados pelo trabalho de outros pesquisadores que se dedicam a buscar essas informações, tentar responder a pergunta sobre qual a relação da militarização com a estratégia global e colonial de guerra contra às drogas e sua implicação na realidade mexicana.

Sendo a violência um dado de difícil mensuração por ser uma categoria com múltiplos entendimentos e aplicações, usamos o número de homicídios e a taxa de homicídios como parâmetro para entender melhor a face que ela ganha em território mexicano (ARTEAGA-BOTELLO;DÁVILA-CERVANTES;PARDO-MONTAÑO, 2019).

Destacamos a violência que envolve membros de cartéis, membros das forças públicas como policiais e militares que muitas vezes trabalham juntos em casos de desaparecimento, execução extrajudicial, tortura, massacres, e diferentes tipos de violações. Enquanto o discurso oficial é o de que existem dois lados opostos em disputa, o Estado e o crime organizado, esses atores estão muito mais entrelaçados e todos, na maioria dos casos, estão envolvidos com essas práticas ilegais (ESTEVÉZ, 2019).

Os homicídios triplicaram no período de Felipe Calderón e subiram 25 por cento com Peña Nieto. Segundo Raúl Benítez Manaut, “La gran mayoría de los análisis coinciden en que el combate directo a los grupos criminales llevó a una tendencia de ascenso en la tasa de homicidios en el país” (MANAUT, p. 195, 2019). E isso acabou contribuindo para que ocorresse uma fragmentação dos grupos envolvidos com o tráfico de drogas e um aumento dos embates entre eles.

O índice de letalidade é um indicador internacional que nos ajuda a entender como o uso da força é colocado em prática pelos agentes de segurança, ele é calculado pela razão entre o número de pessoas mortas pelo número de pessoas feridas. Esse cálculo é padronizado para que seja possível comparar o uso da força em diversos contextos e países. De acordo com recomendação internacional quanto mais aproximada a taxa for de 0, menor é o uso da força pelo agente de segurança.

No México, as instituições militares não são muito bem conhecidas pela transparência das suas atuações, e um dos maiores problemas de buscar dados sobre a atuação dos agentes para que possam ser avaliados é que são as próprias instituições que detêm os dados sobre sua atuação, sobre o número de operações, número de militares envolvidos, número de pessoas presas, pessoas mortas. Mesmo que constitucionalmente essas devam prestar contas à sociedade, não é assim tão fácil. No caso da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA), a secretaria parou de atualizar os dados em seu site e se negou a dar informações sobre número de mortos e feridos em enfrentamentos desde 2014. Em muitos casos, quando disponibilizam esse tipo de informação, elas não batem com dados informados pela própria instituição em anos anteriores. Há uma imensa dificuldade ao acesso à informação e por isso a construção de indicadores, como aponta Daniela Rea e Pablo Ferri:

La Secretaría de la Defensa no solo evita ordenar, distribuir y publicitar datos básicos sobre su composición y actividad, sino que a veces se esfuerza en ocultarlos. Incluso datos aparentemente inocuos como los que rastreábamos y que son públicos hasta en países con fuerzas armadas involucradas en operaciones geopolíticas globales de alto riesgo. (REA, FERRI, 2019).

Graças à atuação de organizações independentes e a criação de bases de dados como a do Programa de Política de Drogas do CIDE é que é possível ter acesso a informações mais extensas sobre a atuação dos agentes de segurança perante o cenário de militarização. Não só o PPD, como pesquisadores vinculados a outras iniciativas defendem a necessidade de melhora na divulgação dos dados sobre as operações, sejam as da Polícia Federal, do exército ou da Marinha. Os estudos feitos por pesquisadores do programa ajudam a testar hipóteses e responder questionamentos sobre a violência nesse cenário. Sobre o uso da força letal, o estudo feito por Catalina Pérez Correa, Rodrigo Gutiérrez Rivas e Carlos Silva Forné (2012) é um aporte importante na compreensão do aumento da taxa de homicídio entre o período de 2007 a 2011.

Contribuindo para o debate, também o estudo feito por Alejandro Lajous et al (2018) a partir da sub-base de dados chamada “combates”⁶ joga luz na situação do uso da força por parte das forças armadas até o ano de 2017. Exploraremos, então, os números de homicídios e a taxa de homicídio por instituição militar neste decênio para uma análise mais aprofundada da violência e a relação com a política antidrogas.

Solo para tener ideas de la dimensión de la violencia militar: si dividimos los 3,907 muertos por soldados en la década del 2006-2017 nos da a 1 muerto por día en manos del Ejército. Si lo dividimos entre los 8 años (con el conteo hasta abril 2014) nos da casi quinientos muertos por año, esto es 1.3 por día. (REA, FERRI, 2019)

No estudo feito por Laura Atuesta e Aldo Ponce (2016) usando a base de dados do PDD (CIDE), a pesquisadora demonstrou como nos anos entre 2007 e 2011 os

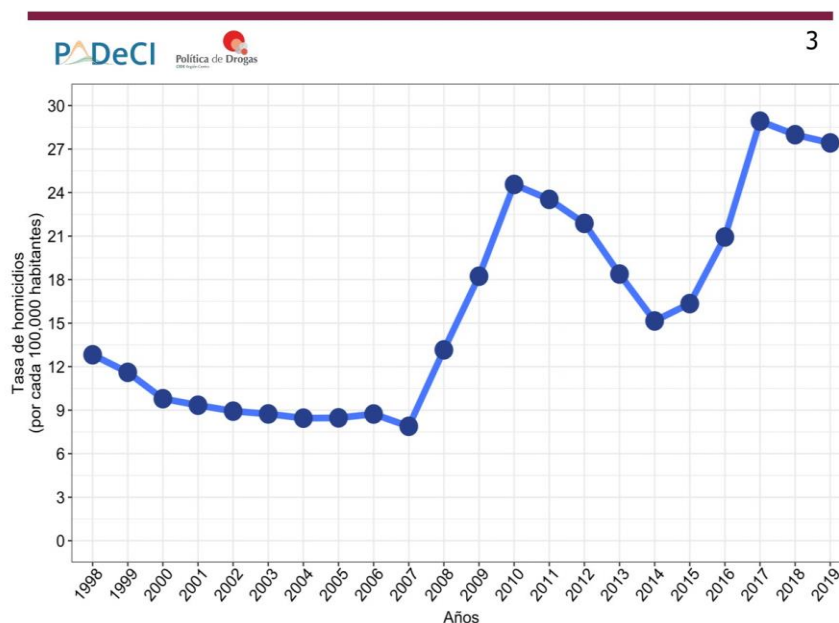
⁶ A Sub-base Combates está disponível em: <https://politicadedrogas.org/site/OGrafica/id/69.html>

homicídios aumentaram a partir dos enfrentamentos com agentes de segurança pública, e que a violência é maior quando tem a participação do exército do que de outras instituições. A letalidade do exército é relativamente maior que a da Secretaria da Marinha (SEMAR), e das polícias federais, estaduais e municipais (ATUESTA; PONCE, 2016).

Cada vez mais, é possível endereçar os culpados pelo aprofundamento da crise de violência neste período dos governos de Calderón e Peña Nieto. A falta de transparência com que o estado mexicano e as instituições de segurança tratam do assunto é um empecilho para buscar as raízes da violência e entender como ela poderia ser evitada. Dessa forma, cada vez mais se encontra registro de que o envolvimento das forças de segurança pública, e que as intervenções diretas das forças de segurança aumentaram a violência e incidiram em um aumento do número de homicídios nos lugares onde as operações aconteceram.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (INEGI), a taxa de homicídios nos anos de 2007 a 2017 foram registradas em altas, com números totais de homicídios maiores do que países que estão em guerras declaradas, consideradas tradicionais. Sendo o ano de 2017, o ano em que o México ocupou a posição de terceiro país em número de homicídios no mundo, de acordo com a UNODC. O seguinte gráfico elaborado e apresentado no relatório do Programa de Política de Drogas (CIDE-PPD) e do Proyecto de Análisis de Decisiones en Contextos Inciertos (PADeCI), utilizou como base os dados dos registros de mortalidade do Instituto Nacional de Geografia e Estatística do México, o INEGI:

Figura 1 - Taxa de homicídio nacional de 1998 a 2019.



Fonte: Programa de Política de Drogas (CIDE-PPD)

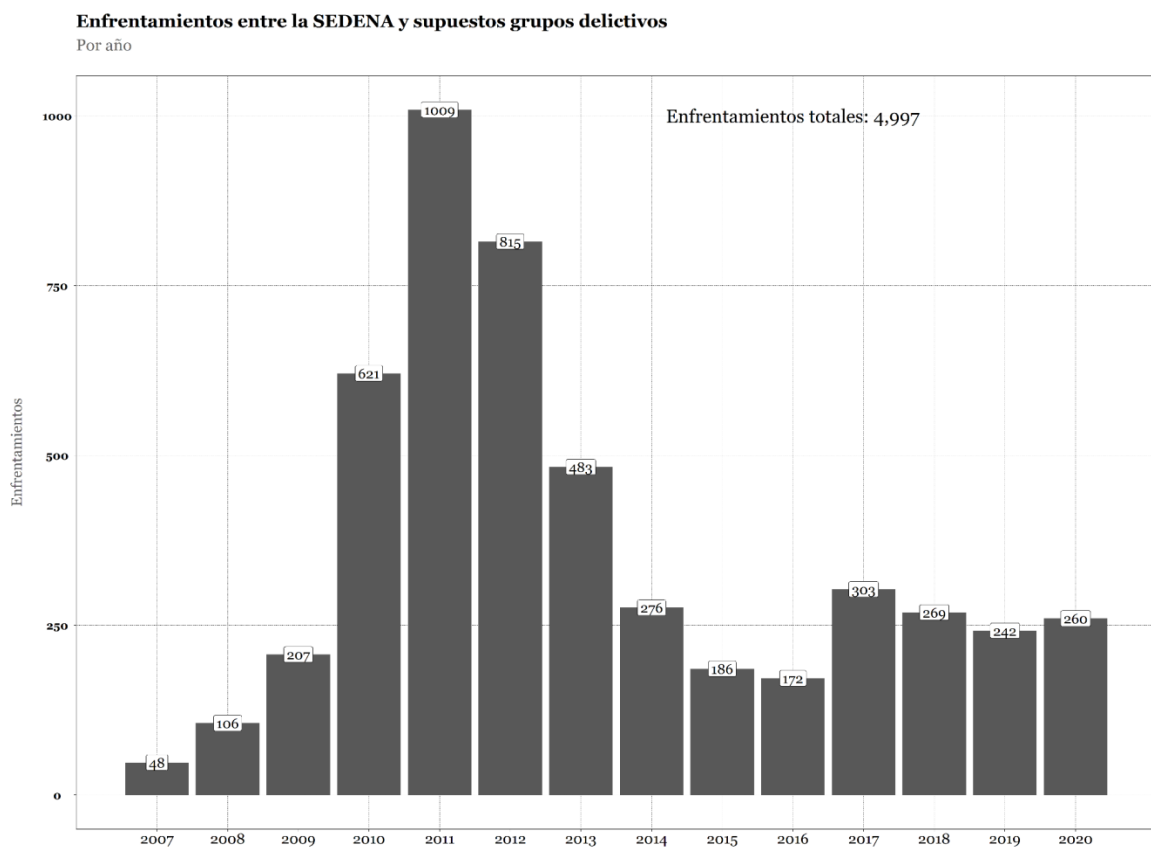
Utilizando este gráfico conseguimos perceber um aumento substancial das taxas a partir do ano de 2007, com alguma flutuação, até chegar no seu ápice no ano de 2017. Considerando esses dados, o ano de 2017 foi o que registrou a maior taxa de homicídios nacional desde 1998. Uma análise desses dados ajuda a entender o que muitos pesquisadores chamam de epidemias de violência, ou crise de segurança pública, em período onde a militarização do combate ao narcotráfico se aprofunda.

Para que possa ser traçado um perfil mais claro sobre a violência desde o anúncio do envio dos militares para as ruas do México para assumir a segurança pública em 2007 e qual impacto que essa iniciativa teve no comportamento da violência, precisamos de uma observação mais profunda da atuação dos militares em operações, entender que tipo de operações foram essas e de que maneira elas ocorreram, sob mando de quem, em que regiões. Graças ao trabalho de instituições como a Intersecta, México Unido contra la delincuencia, o Programa de Política de Drogas do CIDE e vários outros pesquisadores do tema, a atuação dos militares da SEDENA e da SEMAR e o impacto

social de suas operações pode ser avaliado. Na seguinte imagem, desenvolvida por Stefanía Vela do Intersecta vemos o número de enfrentamentos entre membros do exército e supostos grupos organizados entre os anos de 2007 à 2020. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 o exército participou de mais de 500 enfrentamentos anuais.

A Secretaria de Defesa utiliza o termo “agressores” ou “supostos grupos criminosos” para sinalizar aqueles participantes dos enfrentamentos, que não são militares. Supostos porque a secretaria não divulgou exatamente como classifica as pessoas então usa termos como “supostos criminosos”. O termo em si, implica a lógica de que se esses indivíduos estão ali é porque provavelmente têm envolvimento com o crime organizado, o que faz deles “agressores”, “criminosos”. Consideramos as mortes como mortes de civis, sendo estes possuidores de armas de fogo, ou cidadãos não armados.

Figura 2 - Enfrentamientos entre a SEDENA e supostos grupos organizados de 2007 a 2020.



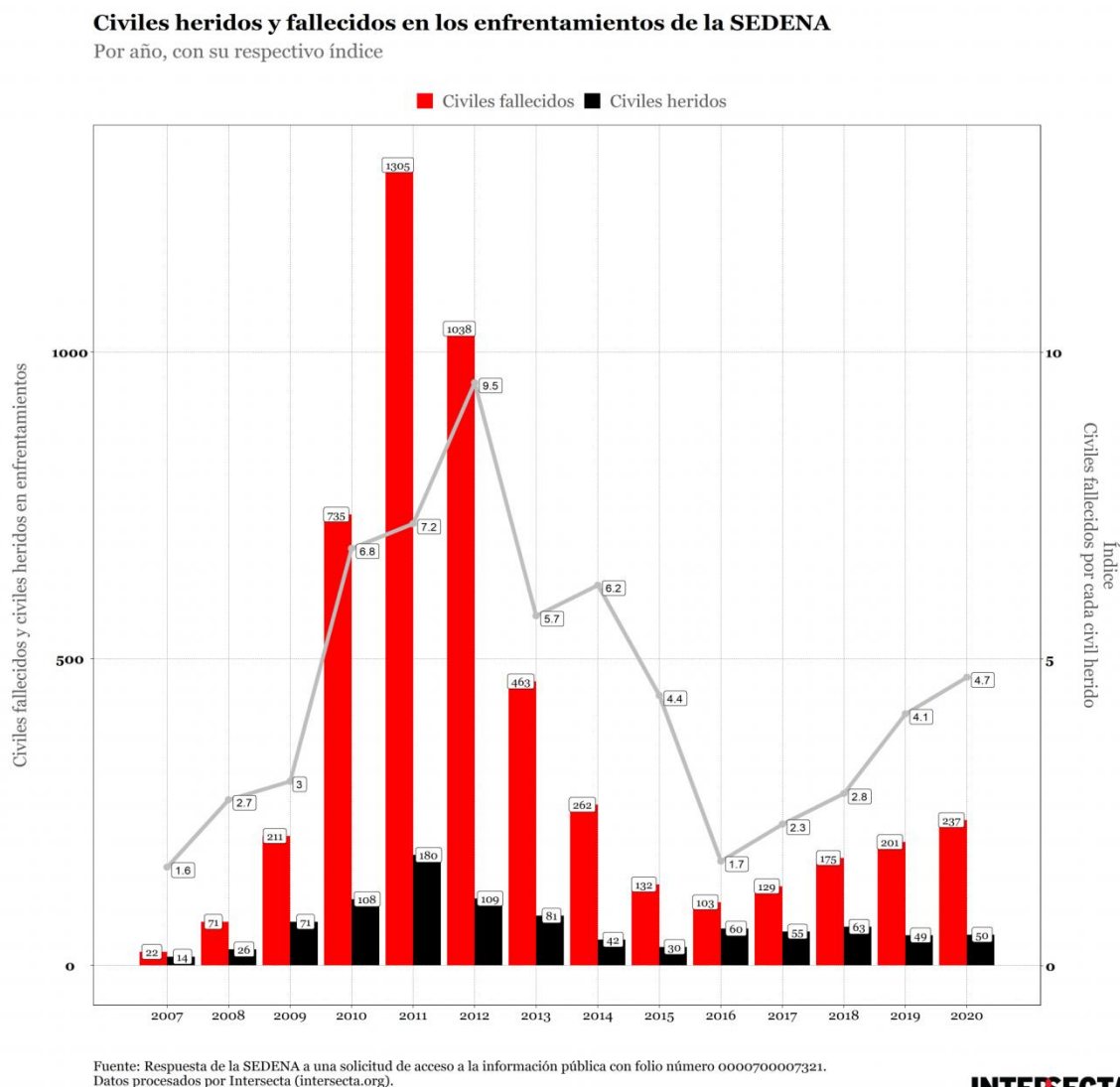
Fuente: Respuesta de la SEDENA a una solicitud de acceso a la información pública. Folio número 0000700007321.
Datos procesados por Intersecta (intersecta.org).

INTERSECTA

Fonte: Intersecta.

Neste gráfico a seguir, é demonstrado o número de “agressores” mortos em comparação com o número de “agressores” feridos no período pela SEDENA, secretaria a qual o exército responde. Podemos perceber que de 2007 a 2017, o número de civis mortos seguiu superando o de civis feridos, indicando que o nível de letalidade é extremamente alto. O menor índice de letalidade registrado pelo exército no período desta pesquisa foi de 1.6 em 2007, e subiu em seu pior ano, para 9.5, em 2012.

Figura 3 - Civis mortos e civis feridos em enfrentamentos com a SEDENA.



Fonte: Intersecta - base de dados do PPD (CIDE)⁷.

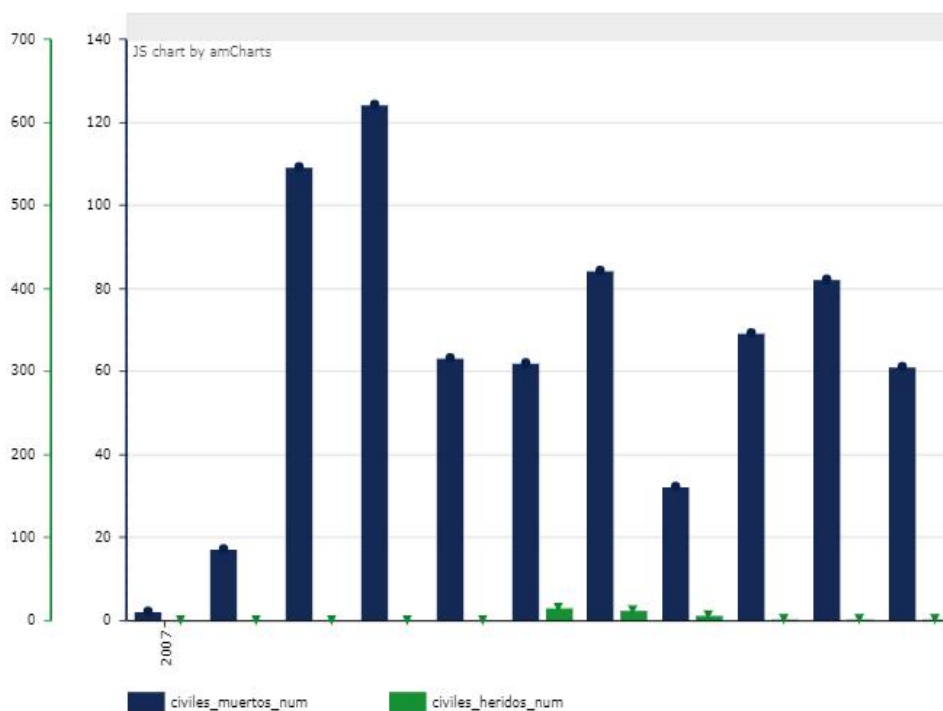
O gráfico demonstrado na figura 4 foi elaborado a partir da base de dados do PPD (CIDE)⁷. A partir de 2006 a Marinha além de ser acionada a reforçar as ações nos portos em vista da chegada de drogas que vinham pelo mar, da Colômbia, também foi enviada para ajudar a SEDENA em operações de terra. Foram 30 batalhões de infantaria da Marinha que foram espalhados geograficamente pelo país como objetivo de fazer buscas

⁷ O presente gráfico foi elaborado a partir da plataforma de dados abertos do PPD - CIDE. Disponível aqui <<https://politicadedrogas.org/site/OGrafica/id/125.html>>

nos portos, buscar no mar, realizar operações conjuntas com o Exército e com a força aérea.

Quando analisados os dados sobre enfrentamentos da Marinha, é possível perceber que a letalidade também é alta. De acordo com este gráfico, o número de mortos é bem superior ao número de feridos. De acordo com a análise do Monitor de Fuerza Letal de Carlos Silva Forné, Catalina Pérez Correa e Andrés Ruiz Ojeda, afirma que a taxa de letalidade da Marinha é bastante alta porque o número de feridos geralmente é muito baixo. Tendo por exemplo nos anos de 2009 e 2010, mais de 100 civis mortos em enfrentamento e nenhum civil ferido.

Figura 4 - Civis mortos e civis feridos em enfrentamentos com a SEMAR de 2007 a 2017.



Fonte: Intersecta.

Considerando a apresentação desses dados, agregamos algumas considerações. Baseando-se ideia de soberania, em Mbembe, os autores de “Necro-spaces and violent homicides in Mexico” advogam que a espacialidade da violência, ou seja, as regiões que apresentam maiores níveis de homicídio não são definidos de maneira randômica mas

sim pela presença de atores capazes de manifestar o poder de decidir sobre a vida e a morte das pessoas. Essas áreas são chamadas de necro-espços.

In Mexico, these spaces of violence can be identified by examining the spatial dependency that arises when the homicide rate in one locality is affected by the homicide rates in the neighboring localities. A space of violence is characterized by a homicide rate above the national average, where surrounding localities also have homicide rates above the national average. Therefore, violence in a determined space should not be understood as the result of a randomized process, but is based on wider territorial logics that involve neighboring localities. (ARTEAGA-BOTELLO; DÁVILA-CERVANTES; PARDO-MONTAÑO, p. 3, 2019).

São nesses chamados necro-espços que a população estaria exposta às táticas do horror como sequestros, desaparecimentos e torturas (ARTEAGA-BOTELLO; DÁVILA-CERVANTES; PARDO-MONTAÑO, 2019). Para os autores, esses espços de violência, ou necro-espços podem ser definidos por regiões pequenas, municípios, que têm taxas de homicídio acima da média nacional. O estudo conclui que as operações conjuntas de enfrentamento aos grupos de narcotráfico aumentaram as taxas de homicídio em determinadas regiões, como foi no Norte do país, e além disso contribuiu para a expansão dessa onda de violência (a partir do número de homicídios) para outras regiões como Michoacán e Guerrero, o sul de Oaxaca. Isso porque se altera as dinâmicas sociais e os pactos estabelecidos entre os atores (polícias, grupos organizados, grupos de autodefesa, população), que são violentos por conformação, já que todos esses atores possuem necropoder. Ou seja, a confrontação direta por meio de operativos conjuntos é uma ação disruptiva desses pactos, que já são violentos, e acaba proporcionando ainda mais violência que incide na população.

De acordo com Ariadna Estévez (2019), o necropoder e os atores necropolíticos são desde membros de cartéis, as gangues, agentes de segurança, políticos e também governo estadunidense ao financiar a guerra. Seria o necropoder, a capacidade que outros grupos que estão fora do Estado teriam de definir sobre a vida e a morte das pessoas, seria uma versão criminal dos fundamentos da Biopolítica de Foucault. Discordamos da visão da autora sobre o necropoder ser a versão criminal do Estado, pois para nós o próprio Estado é o definidor das mortes e das vidas em seu melhor

funcionamento. O Estado perpetua a lógica colonial de dividir quem morre e quem vive a partir de critérios como raça, classe e gênero e tem uma relação muito mais de consonância com os movimentadores dessa economia ilegal do que de discordância, vide os pactos locais.

Apesar disso, o estudo de Ariadna Estevez (2019) é interessante para pensar em como o discurso da “guerra às drogas” funciona como um regulador da morte, e que securitiza os espaços públicos e cria narrativas de medo capazes de mobilizar esforços suficiente para o Estado militarizar ainda mais o cotidiano e manter a manutenção da economia ilegal. Assim, a autora, infere que existe uma disputa pela governamentalização do Estado, no sentido em que os grupos organizados não disputam o poder político, mas sim, a atenção do poder político para ver quem consegue os melhores acordos e privilégios. E nessa disputa é onde todo tipo de violência é utilizada.

O que percebemos a partir desses estudos é que a atuação das Forças Armadas segue um padrão de comportamento que responde a uma lógica militar de uso da força letal, como se utiliza em uma guerra tradicional, para eliminar o inimigo. A atuação dos militares, dada a alta de mortes e a taxa de homicídios, corresponde a uma lógica de conflito armado e não de uma atuação em contexto de segurança pública, porque afinal de contas é para isso que foram treinados. O objetivo dos agentes públicos é o de proteção das vidas da população, e não dos espaços públicos por si só. Os espaços só são espaços quando há gente e vida.

3.4 “Vivos Se Los Llevaran” - caso Ayotzinapa e impunidade

As cifras de mortos e o número de feridos pelo exército em operações foram acessíveis apenas até o ano de 2014, quando a Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA) parou de produzir os informes e dar acesso aos dados da sua atuação na segurança pública (REA; FERRIS, 2019; FORNÉ; CORREA; RIVAS, 2012). Mesmo com os variados pedidos por parte de pesquisadores, a resposta passou a ser negativa. Sem acesso aos dados oficiais e levando sempre em consideração a não transparência da

instituição, o que foi possível elaborar durante um período de anos eram estimativas a partir de fontes não oficiais, como de grupos de monitoramento da população civil e de fontes jornalísticas. A não transparência e o respaldo dado pelos governos aos militares para que sigam não prestando contas sobre sua atuação na frente da estratégia de segurança, faz com que seja impossível que a política pública implementada seja testada e verificada. Além de ser algo preocupante dentro de uma democracia, que forças militares tenham tanta autonomia para agirem sem mecanismos de controle eficientes.

O caso dos jovens da cidade de Ayotzinapa foi uma virada de chave no quesito violação de direitos humanos no país. O acontecimento marca um episódio chocante da violência que assola o México. Para o governo Peña Nieto, foi o escândalo que abalou completamente a imagem do presidente, pela falta de respostas por parte do governo. Os estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa no estado de Guerrero saíram em direção a um protesto estudantil tradicional que acontece todo ano pela memória do massacre dos estudantes de 1968. Capturaram, na noite de 26 de Setembro de 2014, alguns ônibus de linha para irem até a cidade onde aconteceria o protesto, mas nunca chegaram.

Um intenso tiroteio, seguido por perseguições por policiais locais da cidade de Iguala e homens armados levou com que os 43 estudantes nunca mais fossem vistos pelas suas famílias. A história desta noite em Iguala, depois de sete anos, é marcada por informações desconexas e uma grande demonstração de como o Estado Mexicano não investiga, e não entrega respostas justas à sociedade sobre os corpos que são alvos do aparato repressivo de controle. As denúncias de que o exército estivesse envolvido no desaparecimento dos 43 estudantes, e que teria sido acobertado pelo próprio governo como demonstra as declarações do relatório do Grupo Interdisciplinário de Expertos Independientes (GIEI)⁸, grupo definido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos para assumir a investigação do caso. Para essa história, tem a versão oficial,

⁸ Os relatórios sobre o caso Ayotzinapa produzidos pelo GIEI podem ser encontrados no site da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aqui: <http://www.oas.org/es/cidh/actividades/giei.asp>.

apresentada pela PGR e defendida pelo presidente Peña Nieto. E a versão apresentada pelos grupos independentes que resolveram investigar o acontecimento.

Segundo a Procuradoria Geral da República (PGR), os corpos dos garotos tinham sido incinerados por criminosos do grupo chamado “Guerreros Unidos”. Diante de muita luta das famílias, e diante de centenas de protestos e mobilizações populares e investigações independentes o que se sabe é que alguns dos ônibus sequestrados pelos jovens continham um carregamento de cocaína e que, como demonstram alguns especialistas no documentário “Los días de Ayotzinapa” membros do Exército estavam fortemente envolvidos com os acontecimentos daquela noite. Sete anos depois do ocorrido, alguns processos penais foram abertos, mas sem nenhuma grande condenação.

O que fica, além de famílias despedaçadas, da falta de confiança nas próprias instituições e no próprio governo? Um dos maiores crimes já cometidos num regime democrático em uma mistura de corrupção, extorsão, mentira, sangue frio e tortura. Esse caso se configura como mais um caso de desaparecimento forçada, e assassinato com envolvimento de parte das forças de segurança. Segundo a Moses Ngong e Stephanie Brewer do Washington Office on Latin America (WOLA), o México conta atualmente com um número de 92 mil pessoas desaparecidas. O Caso de Ayotzinapa foi emblemático porque chamou atenção para as desapareções forçadas que acontecem no país.

Os familiares dos estudantes ao iniciarem a busca pelos seus filhos, por conta própria, nos arredores da cidade de Iguala, descobriram diversas fossas clandestinas e restos de corpos, indicando que na verdade os 43 estudantes não eram os primeiros nem os últimos a sofrerem dessas práticas (PALEY, 2020).

Este caso dos estudantes desaparecidos demonstra a dificuldade de prestação de contas, de investigação e a vontade política do governo mexicano de acobertar os agentes públicos que participaram do sequestro. Além disso, a falta de investigação desse tipo de violação de Direitos Humanos por parte do estado mexicano chama atenção.(ZEPEDA, ROSE, RODRIGUES, 2020). Funcionando como exemplo de que existe uma cooperação e envolvimento do Estado com os grupos organizados muito grande, que se dá desde o nível local, por exemplo, envolvendo as polícias municipais,

até os militares do Exército. E que independente da instância, o governo de Peña Nieto fez questão de acobertar os atos e emitir uma ‘verdade histórica’ cheia de conclusões hoje em dia já comprovadas como falsas, para encerrar o caso.

O caso dos estudantes de Ayotzinapa é emblemático para lançar luz sobre o fato de que a violência que o estado mexicano se propôs a combater desde o início da empreitada da guerra às drogas é em grande parte produzida por ele mesmo, acobertada por seus políticos e instituições. Também nos permite afirmar que não existem dois lados da moeda, Estado versus grupos criminosos de narcotraficantes que ameaçam a população. As atividades do mercado ilegal de drogas para que sejam bem-sucedidas, necessitam desta simbiose entre forças de segurança, políticos e crime organizado para que o lucro seja obtido. Há uma zona cinza onde essas relações são estabelecidas com acordos onde as elites econômicas nacionais e também estrangeiras saem ganhando:

En el caso de México se habla mucho de ataques entre cárteles, siendo la explicación más recurrida que las bajas civiles estaban en el lugar equivocado en el momento equivocado, o que fueron asesinadas por fuego cruzado, por accidente. La confusión se genera al interpretar la violencia contra personas civiles como actos simbólicos que se descifran según una metanarrativa de guerra entre bandas, y no como ataques en una guerra dirigida contra la población civil (PALEY p. 50, 2020).

Como explicado pela autora, entendemos que as eventuais mortes e desaparecimentos da população civil não é mera casualidade ou erro de cálculo, mas sim um objetivo pouco explicitado e entendido na disputa de narrativas sobre a guerra às drogas. Pela própria disputa de narrativas, pela mediação da violência dos grupos organizados e pela criação da ideia de um inimigo comum é que se dificulta a compreensão do papel do Estado na perpetração e intensificação da violência no México.

Es necesario entender que la prohibición de sustancias crea las condiciones propicias para el crecimiento del aparato represivo, y también alimenta una confusión general que termina permitiendo el avance de la estrategia bélica (PALEY p. 52, 2020.)

O proibicionismo, como discutido no capítulo anterior, é uma estratégia política eficaz no que diz respeito ao incremento do aparato repressivo. Seja pelo fortalecimento do mercado ilegal e das disputas pelo controle dele, seja pela necessidade do Estado de acionar suas tecnologias de controle e repressão para garantir que as substâncias sigam circulando.

O que vimos em Foucault (1986) sobre discursos de verdade, e a construção de um imaginário comum que organize ou nesse caso, segundo Paley (2020), confunda as pessoas nesse cenário, é a ideia de uma guerra entre cartéis e Estado. Para que se entenda a razão desta narrativa ser tão forte e maximizada, é preciso ir mais fundo. Ao estudar as microrrelações dos atores envolvidos é possível perceber a simbiose que existe entre grupos organizados conhecidos como cartéis e forças estatais de segurança, políticos locais, polícia e militares (REA; FERRI, 2019). Como é possível perceber no caso de Ayotzinapa e em muitos outros.

Para finales de 2010, militares y no militares se agarraron a balazos al menos dos veces al mes. Los civiles se llevaron la peor parte: por cada soldado muerto, 21 personas acabaron en la tumba.²⁴ Y hubo casos en que los muertos no eran agresores.(REA; FERRI, 2019)

Um estado historicamente militarizado como o mexicano, buscar criar uma política de drogas não poderia facilmente passar por outros caminhos que não o da repressão. Essa estratégia, porém, vem com muitos custos sociais como estamos demonstrando nesta sessão. O aumento das taxas de homicídios, os desaparecimentos forçados, as mortes de civis em trocas de tiro em operações contra o crime organizado, a violação do uso da força, tudo isso está dentro da estratégia entendida como erros de percurso. Em uma guerra há de haver mortos e feridos. A pergunta que fazemos é, qual o objetivo da guerra, senão provocar este tipo de resultado? Senão, o controle das pessoas através do medo e da insegurança, a garantia dos lucros às elites envolvidas com a comercialização das substâncias no mercado ilegal?

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a narrativa de guerra em relação às drogas no México e a estratégia de militarização para entender como a violência aparece como produto desta relação, se houve um incremento da violência e como podemos entendê-la não como um efeito colateral da guerra, mas como um fim. Ao longo da trajetória desta investigação nos deparamos com diversas abordagens sobre a violência desta guerra. Ao longo dos capítulos discutidos, demonstramos como o argumento da guerra foi construído tanto pelo governo mexicano, quanto internalizado por lógicas imperialistas no que diz respeito ao papel dos Estados Unidos como formulador e regulador desta lógica. A partir do argumento proibicionista e a construção do aparato legal e repressivo do Estado mexicano, vimos como a proibição reforça os dispositivos repressivos do Estado.

Na atualização dos dispositivos de poder de controle e punição das massas, a militarização, ou seja, o uso da lógica da guerra, do maior uso da força entende-se que as mortes produzidas nessa guerra são, para além de um efeito colateral dela, um objetivo concreto. As desapareções em massa, a falta de respostas do Estado, a não conclusão de casos como o de Ayotzinapa e muitos outros delineia um cenário preocupante para uma democracia plena. A narrativa de guerra, apesar de comprovadamente ineficaz para o controle dos psicoativos e de sua circulação pelo mundo, porém é uma lógica interessante para o fluxo do capital internacional, e para o interesse das elites que se beneficiam dela. A indústria de armas, as empresas de segurança privada, a própria elite político-militar mexicana e empresários, que veem suas oportunidades estendidas a partir da desapropriação e tumulto causado pelas dinâmicas de disputas territoriais e do mercado ilegal. Essa lógica aprofunda e reforça as estruturas de desigualdades de classe, raça e causa um custo social enorme, como apresentado durante o terceiro capítulo, quando os espaços de morte, ou necro-espaços surgem (ARTEAGA-BOTELLO; DÁVILA-CERVANTES; PARDO-MONTAÑO, 2019).

Na primeira parte, elaboramos o arcabouço teórico metodológico a fim elucidar os objetivos e os caminhos que o debate tomaria. Nessa primeira seção exploramos o debate sobre o significado do termo Segurança e como os diferentes atores conseguem dar sentido a este enunciado através de uma lógica de poder. Essa lógica de poder, em lugares como o México, se modulam nas hierarquias de classe, de raça e de gênero que são cruciais para entender a dinâmica do discurso dominante na questão da 'guerra às drogas'. O discurso dominante, que formulou o regime de regras, foi o proibicionista em relação aos psicoativos e o punitivista e repressivo em relação a determinados grupos de pessoas.

Na segunda sessão, aprofundamos sobre o debate do proibicionismo e a genealogia da política de drogas mexicana. Buscamos dissecar a construção da política de drogas na historiografia em relação às políticas higienistas e racistas. Isso nos ajudou a entender a identidade do sujeito consumidor de substâncias como uma pessoa doente, ou necessariamente criminosa e violenta, e as tentativas de ligar os usos problemáticos e os abusos do consumo como um problema relacionado à uma inferioridade racial, e automaticamente esse comportamento aos indígenas, imigrantes, povos de classes mais baixas e moradores de zonas rurais.

No terceiro e último capítulo, exploramos a violência em sua vertente mais visível, a partir das taxas de homicídios. Com o auxílio de bases de dados e da pesquisa de outros cientistas, explicamos a relação que a militarização no México se renova e ganha outras matizes a partir do argumento da guerra contra as drogas, como a política proibicionista se atualiza no aparato repressor estatal. Este capítulo foi feito com a intenção de somar aos esforços quantitativos de mensuração da crise de violência e mortes que enfrenta o México, com uma análise sociológica. Nessa etapa, mostramos como a construção dos discursos de verdade são mais que apenas discursos e servem para nos convencer que de essa guerra vale a pena, em nome da segurança. Precisamos questionar: segurança de quem e em nome de que? Reiteramos ao longo da pesquisa a importância de se buscar alternativas que gerem menos custos sociais em termos de políticas de drogas, políticas inclusivas e que respeitem os direitos humanos. Além de concluir que a utilização das Forças Armadas em questões internas, principalmente

àquelas relativas à segurança pública num modelo de guerra, serve apenas para aprofundar ainda mais a debilidade democrática e a violação de direitos.

REFERÊNCIAS

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. (Ed.). **Race and racism in international relations**: Confronting the global colour line. 1 ed. Oxon and New York: Routledge, 2014.

ASTORGA, L. The Limits of Anti-Drug Policy in Mexico. **International Social Science Journal**, v. 53, n. 169, p. 427-434, 2001.

ARTEAGA-BOTELLO, N.; DÁVILA-CERVANTES, C. A.; PARDO-MONTAÑO, A. M. Necro-spaces and Violent Homicides in Mexico. **International Journal of Conflict and Violence (IJCV)**, v. 13, p. a660-a660, 2019.

ATUESTA, L.; PONCE, A. Cómo las intervenciones de las fuerzas públicas de seguridad alteran la violencia. Evidencia del caso mexicano. **Cuadernos de Trabajo del Monitor del Programa de Política de Drogas**, Aguascalientes, cide, 2016.

BALZACQ, T. et al. Security practices. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2010.

BARBA, S. V. **De Nuevo Laredo a Mazapa de Madero**: El índice de letalidad de la SEDENA crece, 2019. Disponível em: <<https://www.intersecta.org/de-nuevo-laredo-a-mazapa-de-madero-el-indice-de-letalidad-de-la-sedena-crece/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

BENÍTEZ, R. México 2012–2018: las Fuerzas Armadas y el combate al crimen organizado. **La transformación de las Fuerzas Armadas en América Latina ante el Crimen Organizado**. Lince: Centro de Estudios Estratégicos del Ejército del Perú & Real Instituto Elcano, 2019.

BERNARDI, B. B. A Guerra Mexicana contra o Narcotráfico e a Iniciativa Mérida. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 11, n. 120, p. 60-65.

BIGO, D. International Political Sociology. **Security Studies: An Introduction**. P. D. Williams. Oxon and New York: Routledge, p. 116-129. 2008.

BIGO, D. Globalized (in)security The field and the ban-opticon. **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11**. Oxon and New York: Routledge, 2008.

BRAGANÇA, D. A. **Narcotráfico, soberania e relações internacionais no México**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The evolution of international security studies**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B. et al. **Security: A new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CADENA MONTENEGRO, J. L. Geopolítica del narcotráfico, México y Colombia: la equivocación en el empleo de las fuerzas militares. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 52, n. 210, p. 45-58, 2010.

CAMPBELL, D. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. 1 ed. Mineneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CARNEIRO, H. S. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

CHABAT, Jorge. **La Iniciativa Mérida y la Relación México-Estados Unidos**: en busca de la confianza perdida. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), Documento de Trabajo n. 195, 2010.

Código Penal Federal del Gobierno de México. Disponible en <<https://mexico.justia.com/federales/codigos/codigo-penal-federal/transitorios/>> Acceso em: 21 Set. 2021.

ENCISO, F. **Nuestra historia narcótica**: Pasajes para (re) legalizar las drogas en México. Ciudad de México: Debate, 2015.

ENCISO, F. Los fracasos del chantaje. Régimen de prohibición de drogas y narcotráfico. **Seguridad nacional y seguridad interior**, p. 61-104, 2010

ESTÉVEZ, A. Necropolitical Wars. **The War on Drugs and the Global Colour Line** (Kojo Koram, Editor). 1 ed. United Kingdom: Pluto Press: 2019.

FERRUGEM, D. Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. 2022. 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. 2ª Edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. Omnes et Singulatim: Towards a critique of political reason. **Le debat**, n. 4, p. 5-36, 1986.

GRAHAM, S. **Cidades Sitiadas**: o novo urbanismo militar. 1 ed. Boitempo Editorial, 2017.

HORCASITAS, B. U. **Historias secretas del racismo en México (1920-1950)**. 1a ed. México: Tusquets, 2007

KOONINGS, K; KRUIJT, D. Latin American Political Armies in the Twenty-first Century. **Bulletin of Latin American Research**, v. 22, n. 3, p. 371–384, 2003.

KORAM, K. Introduction: **The War on Drugs and the global colour line**. United Kingdom: Pluto Press, 2019.

LABATE, B. C.; CAVNAR, C.; RODRIGUES, T. (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. Basel: Springer International Publishing, 2016.

MADRAZO LAJOUS, A.; CALZADA OLVERA, R.; ROMERO VADILLO, J. J. La “guerra contra las drogas”: Análisis de los combates de las fuerzas públicas 2006-2011. **Política y gobierno**, v. 25, n. 2, p. 379-402, 2018.

MANAUT, R. B. Militarización con respaldo popular. La transición militar en México 2000-2020. **Fuerzas Armadas, Guardia Nacional y violencia en México.**, p. 9, 2021.

MANAUT, R. B. México 2012–2018: las Fuerzas Armadas y el combate al crimen organizado. **La transformación de las Fuerzas Armadas en América Latina ante el Crimen Organizado**. Lince: Centro de Estudios Estratégicos del Ejército del Perú & Real Instituto Elcano, 2019.

MANERI, M. Peacetime War Discourse. In: DAL LAGO, A.; PALIDDA, S. **Conflict, Security and the Reshaping of Society: The civilization of War**, Oxon and New York: Routledge. Chapter 10, 2010. p. 153-170.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MERCILLE, J. Violent narco-cartels or US hegemony? The political economy of the 'war on drugs' in Mexico. **Third World Quarterly** 32, no. 9, p. 1637-1653, 2011.

MOLOEZNIK, M. P. Las fuerzas armadas de México bajo la administración de Enrique Peña Nieto (2012-2018): ¿cambio o continuidad?. **Revista del CESLA**, núm. 20, pp. 261-282, 2017.

NGONG, M.; BREWER, S. Séptimo aniversario de las desapariciones de Ayotzinapa en México: Avances y desafíos en la búsqueda de la verdad y la justicia, **WOLA**, 2021. Disponible em: [≤https://www.wola.org/es/analisis/septimo-aniversario-ayotzinapa/>](https://www.wola.org/es/analisis/septimo-aniversario-ayotzinapa/). Acceso em: 10 Nov. 2021.

PALEY, D. M. **Guerra Neoliberal**: Desaparición y Búsqueda en el Norte de México. Mexico: Libertad Bajo Palabra, 2020.

PALEY, D. M. **Capitalismo antidrogas**: Una guerra contra el pueblo, 1 ed.. México: Libertad bajo palabra, 2018.

RANGEL, Javier Treviño; ROMERO, Raúl Bejarano; ATUESTA, Laura H.; MORENO, Sara Velázquez. "La letalidad del Ejército", **nexos**, Fev, 2020. Disponible em [≤https://www.nexos.com.mx/?p=46660>](https://www.nexos.com.mx/?p=46660), Acceso em: 27 Fev. 2021.

REA, D.; FERRI, P. La Tropa: Por qué mata un soldado. 1 ed. Aguilar: Ciudad de México, 2019.

Reporte Homicidios en México: Su evolución en las últimas dos décadas (2021) - PPD e PAdeCI. Disponible en [≤https://politicadedrogas.org/site/proyecto/id/18.html>](https://politicadedrogas.org/site/proyecto/id/18.html). Acceso em: 10 Nov. 2021.

RICART, C. A. P. La temprana (y permanente) militarización de la seguridad pública en México: un estudio histórico. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, n. 19, 2018.

RODRIGUES, T. et al. War zone Acapulco: Urban drug trafficking in the Americas. **Contexto internacional**, v. 39, n. 3, p. 609-631, 2017.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, Jul., 2012.

ROSEN, J. D.; ZEPEDA MARTÍNEZ, R. Una década de narcoviolencia en México, 2006-2016. **Atlas de la seguridad y la defensa de México**, p. 55–65, 2016.

SAIN, M. F.; GAMES, N. R. Tendências e Desafios do Crime Organizado na América Latina. In: NASSER, R. M ; MORAES , R, F de. **O Brasil e a Segurança no Seu Entorno Estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

SENRA, N. **O Saber e o Poder das Estatísticas**. Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005.

SILVA FORNÉ, C.; PÉREZ CORREA, C.; GUTIÉRREZ RIVAS, R. Uso de la fuerza letal: Muertos, heridos y detenidos en enfrentamientos de las fuerzas federales con presuntos miembros de la delincuencia organizada. **Desacatos**, n. 40, p. 47-64, 2012.

SMITH, B. T. Public Drug Policy and Grey Zone Pacts in Mexico, 1920–1980. In: **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. Springe: Cambridge, 2016. p. 33-51.

SOARES, L. E. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SOUZA, M. J. L.. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPINOZA, Ba. **Tratado teológico-político**. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

STEFANONI, S. **La criminalización del consumo de marihuana en México (1912-1961)**. Tese (Doutorado em História) - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, Ciudad de México, 2018.

The 43 (Los días de Ayotzinapa). Direção: Matías Gueilburt. Produção: Doc & Films productions. Local: México. Netflix, 2019.

TREJO, G.; LEY, S. **Votes, drugs, and violence**: The political logic of criminal wars in Mexico. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

VELÁZQUEZ, R.; SCHIAVON, J.. La Iniciativa Mérida en el marco de la relación México-Estados Unidos. México, D.F.: **Centro de Investigación Docência Económicas (CIDE)**, Documento de Trabajo n. 186, julho de 2009.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WATT, P; ZEPEDA, R. **Drug War Mexico**: Politics; Neoliberalism and violence in the new Narcoeconomy. [s.l: s.n.]. v. 1, 2012.

ZEDILLO, E, et al. Drug Policy in Mexico: The Cause of a National Tragedy: A Radical but Indispensable Proposal to Fix It. **U. Pa. J. Int'l L.**, v. 41, p. 107, 2019.

ZEPEDA, R.; ROSEN, J, D.; RODRIGUES, T. Militarization, Organized Crime, and Democratic Challenges in Mexico. **Militarización y seguridad pública en las Américas**, p. 233. Disponível em: < <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2020/09/013-Zepeda.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2021.